



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**LARISSA MIKAELY DE FARIAS**

**A EXPLORAÇÃO DAS “MULHERES DE CONFORTO” PELO IMPÉRIO JAPONÊS:  
UMA ANÁLISE DAS INTERAÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E PODER.**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2024**

**LARISSA MIKAELY DE FARIAS**

**A EXPLORAÇÃO DAS “MULHERES DE CONFORTO” PELO IMPÉRIO JAPONÊS:  
UMA ANÁLISE DAS INTERAÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E PODER.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento do Curso de Licenciatura em  
História da Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciada em História  
**Área de concentração:** História

**Orientadora:** Profa. Dra. Ofélia Maria de Barros

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F224e Farias, Larissa Mikaely de.  
A exploração das 'mulheres de conforto' pelo império japonês [manuscrito] : uma análise das interações entre gênero, sexualidade e poder / Larissa Mikaely de Farias. - 2024.  
57 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Prof. Dra. Ofélia Maria de Barros, Departamento de História - CEDUC".

1. Mulheres de conforto. 2. Gênero e sexualidade. 3. Império japonês. 4. Violência sexual. I. Título

21. ed. CDD 305.4

**LARISSA MIKAELY DE FARIAS**

**A EXPLORAÇÃO DAS “MULHERES DE CONFORTO” PELO IMPÉRIO JAPONÊS:  
UMA ANÁLISE DAS INTERAÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E PODER.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento do Curso de Licenciatura em  
História da Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Licenciada em História  
**Área de concentração:** História

Aprovado em: 19/11/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado eletronicamente por:

- **Ofélia Maria de Barros** (\*\*\*.235.004-\*\*), em **16/12/2024 15:55:51** com chave **5f1e1144bbdf11ef90a706adb0a3afce**.
- **José Otavio Aguiar** (\*\*\*.378.696-\*\*), em **16/12/2024 15:26:32** com chave **46a23810bbdb11efa1372618257239a1**.
- **Hilmária Xavier Ribeiro** (\*\*\*.132.334-\*\*), em **16/12/2024 18:58:50** com chave **eec2c1fabbf811ef880b1a1c3150b54b**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse [https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar\\_documento/](https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/) e informe os dados a seguir.

**Tipo de Documento:** Ata de Projeto Final

**Data da Emissão:** 16/12/2024

**Código de Autenticação:** 0c22b4



## AGRADECIMENTOS

Sem dúvida, esta parte dos agradecimentos é uma das mais difíceis de escrever. Primeiramente, temo esquecer alguém que foi fundamental neste processo árduo, longo e, por vezes, doloroso. Além disso, é impossível expressar minha gratidão sem que as lágrimas se misturem às melhores e piores lembranças.

Terminar a graduação é a realização de um sonho e um objetivo de vida que me propus desde pequena. Sempre acreditei que os estudos e o conhecimento têm o poder de transformar vidas. Entre os membros da minha família com graduação sou a primeira a concluir um curso superior. Para mim, isso é motivo de imenso orgulho.

Estou certa de que, sem os estudos, não teria conseguido transformar minha vida e a vida dos meus. Sei que é só um pedaço do caminho percorrido, mas não poderia estar mais grata que isso. Ao olhar para trás, vejo que esses quatro anos e meio não apenas trouxeram pessoas incríveis e construíram memórias maravilhosas, mas também me ensinaram sobre a vida, o amor, a dor, as mudanças e o conhecimento. Esses aprendizados mudaram minhas concepções e me impulsionaram a lutar por um mundo mais igualitário e seguro, não só como mulher, mas também como irmã, prima, amiga e filha.

Primeiramente, quero agradecer a Deus por ter me sustentado até aqui, não conseguiria sem a sua graça e bondade comigo, sem o seu sustento e sua calma nos momentos de caos e desespero.

Também não poderia começar a agradecer sem expressar minha profunda gratidão à pessoa mais importante da minha vida: eu mesma. Dedico esta conquista a mim, não só por ter saído da zona de conforto e enfrentado a vida em outro estado, sem conhecer nada e quase ninguém, mas também por cada esforço e por nunca ter desistido, mesmo quando pensei várias vezes que não conseguiria. Agradeço a mim por cada lágrima e sorriso, por ser minha melhor e pior companhia, e por sempre seguir em frente, mesmo diante de todos os obstáculos e perdas.

Agradeço também aos meus pais por me ajudarem e apoiarem em tudo que foi possível. Esta vitória é para vocês e por vocês! Amo vocês!

Preciso estender meus agradecimentos aos meus irmãos: Douglas e Marlhysson e minhas irmãs, Lelhia e as gêmeas Ana Laura e Ana Luiza, obrigada por serem minha paz e meu caos. Saibam que vocês podem conquistar tudo o que desejam e que os estudos são a ferramenta necessária para viver e lutar pelos seus sonhos. Amo cada um de vocês!

Meu muito obrigada à minha melhor amiga Brenda Stephany do Nascimento de Paula, que sempre me incentivou e esteve comigo em todos os momentos da minha vida. Além de ser uma amiga e irmã de coração. Obrigada, Beh, por todo o apoio, pelas palavras de força e por sempre me ouvir! Eu te amo!

Também agradeço à minha amiga Ana Carolina Brito Diniz, um dos melhores presente que a universidade (UFCG) me deu. Sou muito grata pelo apoio incondicional, pela parceria e pela compreensão durante todo esse processo, pelos sorrisos sinceros e por suportar meus momentos de desespero e estresse. Suas palavras sempre me salvaram e acalmaram meu coração e mente agitada. Amo você!

Agradeço às minhas avós Ana Farias (in memoriam) e Maria Rufino (in memoriam), a quem dedico este trabalho. Elas me ensinaram uma das maiores qualidades da vida: a felicidade está nos pequenos detalhes.

Também quero agradecer às minhas tias Maria Rosângela de França e Maria das Dores França principalmente por me apoiarem, incentivarem e ajudarem das mais diversas formas que foram possíveis. Sempre serei grata por tudo que fizeram por mim e nunca saberei como retribuir. Amo vocês! Agradeço também à minha amiga de vida Geaneide Maria de Brito, por todo o incentivo e apoio.

Agradeço também a meu amigo Amauri Neves de Amorim Junior por todo apoio e incentivo que me deu desde o começo da minha vinda até Campina e por ter permanecido até o final da graduação, você foi um dos maiores sustentáculos para que eu conseguisse chegar até aqui, obrigada pela amizade você sem dúvida foi essencial nesse processo.

Agradeço também a todas os/as amigos(as) que fiz durante a graduação: a Jaienny por sempre surtar comigo, me consolar, me acolher e por torna tudo tão leve quando tudo parecia tão pesado; a Alice por se aventurar em todas as minhas loucuras acadêmicas e ser minha dupla em todas elas, por todas as risadas e por estar comigo em cada passo e novas experiências; a Douglas pelas boas risadas e leveza; a Luís por ser meu parceiro acadêmico desde o primeiro dia de aula até o final e por todas as risadas e choros.

A Rafaela minha primeira amiga na academia e que mesmo após sair continuou torcendo por mim e me apoiando em tudo! Obrigada por essa amizade tão especial. A Mirelly por todas as risadas e momentos de partilha e por todo companheirismo ao longo desses anos. A Isaac pela leveza de ser quem é e por cada risada. A Vitória pelo companheirismo, por ser uma mãe e por todos os conselhos. A Laura por toda ajuda, aventuras que me fazia sair de casa e por todo

suporte. Agradeço a todos que não citei aqui, mas, que enfrentaram todo o processo junto comigo, nas alegrias da vida universitária e nas tristezas também, obrigada a todos por deixarem esses anos todos mais leves, alegres e mais fácil de suportar, vocês foram e são as melhores pessoas que eu poderia encontrar nesse caminho. Amo vocês

Um agradecimento especial à minha orientadora, Ofélia, que aceitou esse desafio e contribuiu para que eu conseguisse realizá-lo.

E um agradecimento a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a construção desse trabalho, sou imensamente grata pelo apoio, incentivo e ajuda ao longo desse processo.

## RESUMO

A história das “mulheres de conforto” representa um dos episódios mais emblemáticos da exploração sexual durante o período imperial japonês (1932-1945). Esse sistema institucionalizado de violência sexual envolve a coerção e o abuso de milhares de mulheres provenientes de países sob domínio colonial japonês, muitas vezes recrutadas por meio de falsas promessas. Elas eram tratadas como objetos sexuais para os soldados japoneses, refletindo uma ideologia de superioridade racial, nacionalista e de controle dos corpos femininos. O objetivo central desta pesquisa é analisar como as interações entre gênero e sexualidade foram usadas para perpetuar a exploração dessas mulheres. Para isso, adotamos uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com base em livros e artigos científicos. A análise está estruturada em três capítulos: o primeiro examina a origem e o funcionamento do “sistema de conforto”; o segundo discute os conceitos de gênero e sexualidade como ferramentas teóricas para compreender a exploração em tempos de guerra; e o terceiro aborda o tratamento dispensado às “mulheres de conforto” após a Segunda Guerra Mundial, explorando as desigualdades na preservação de suas memórias e os impactos dessas narrativas nas percepções nacionais. O referencial teórico da pesquisa utiliza as contribuições de Michel Foucault, especialmente o conceito de sexualidade como “dispositivo histórico”, sendo essencial para compreender a instrumentalização dos corpos femininos. A pesquisa também se baseia na crítica de Sarah Soh ao termo “Comfort Women”, que desumaniza as vítimas, e na teoria da performatividade de gênero de Judith Butler. Além disso, é utilizado autores como Joan Scott e Oyèrónké Oyěwùmí para ampliar a discussão ao problematizar a construção cultural do gênero e sua aplicação a contextos não ocidentais. A pesquisa revela que o sistema das “mulheres de conforto” foi uma manifestação do patriarcado imperialista, no qual a violência sexual foi institucionalizada como estratégia. A análise também evidencia que o uso do termo “mulheres de conforto” suaviza a gravidade dos abusos, indicando que a expressão “escravidão sexual” é mais apropriada para tratar do assunto com justiça e precisão.

**Palavras-chaves:** “Mulheres de conforto”; Gênero; Império japonês; Violência sexual.

## ABSTRACT

The story of the “comfort women” represents one of the most emblematic episodes of sexual exploitation during the Japanese imperial period (1932-1945). This institutionalized system of sexual violence involved the coercion and abuse of thousands of women from countries under Japanese colonial rule, often recruited through false promises. They were treated as sexual objects for the Japanese soldiers, reflecting an ideology of racial superiority, nationalism and the control of women's bodies. The central aim of this research is to analyze how the interactions between gender and sexuality were used to perpetuate the exploitation of these women. To this end, we adopted a qualitative and bibliographical approach, based on books and scientific articles. The analysis is structured in three chapters: the first examines the origin and functioning of the “comfort system”; the second discusses the concepts of gender and sexuality as theoretical tools for understanding exploitation in times of war; and the third addresses the treatment of “comfort women” after the Second World War, exploring the inequalities in the preservation of their memories and the impacts of these narratives on national perceptions. The theoretical framework of the research uses the contributions of Michel Foucault, especially the concept of sexuality as a “historical device”, which is essential for understanding the instrumentalization of women's bodies. The research is also based on Sarah Soh's critique of the term “Comfort Women”, which dehumanizes the victims, and Judith Butler's theory of gender performativity. In addition, we use authors such as Joan Scott and Oyèrónké Oyěwùmí to broaden the discussion by problematizing the cultural construction of gender and its application to non-Western contexts. The research reveals that the “comfort women” system was a manifestation of imperialist patriarchy, in which sexual violence was institutionalized as a strategy. The analysis also shows that the use of the term “comfort women” softens the seriousness of the abuses, indicating that the term “sexual slavery” is more appropriate to deal with the issue fairly and accurately.

**Keywords:** “Conforting women”; Gender; Japanese Empire; Sexual Violence.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCRAVIDÃO SEXUAL NO IMPÉRIO JAPONÊS</b> .....	15
<b>2.1 O termo “mulheres de conforto”</b> .....	15
<b>2.2 A estruturação e legitimação do “sistema de conforto” criada pelo poder imperial japonês</b> .....	18
<b>3 GÊNERO, SEXO E PODER: A COMPLEXIDADE DO SISTEMA DAS “MULHERES DE CONFORTO”</b> .....	28
<b>3.1 Desafios e limitações: uma análise de gênero, sexo e poder</b> .....	28
<b>3.2 Controle, dominação e a regulamentação do sexo e do corpo feminino no império japonês</b> .....	37
<b>4 MEMÓRIAS EM CONFLITO: SILENCIAMENTO, INVISIBILIDADE E A LUTA POR RECONHECIMENTO</b> .....	43
<b>4.1 Silenciamento e revisão histórica: a luta pelo reconhecimento das “mulheres de conforto”</b> .....	43
<b>4.2 Memórias em conflito: a visibilidade desigual das “mulheres de conforto</b> .....	50
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	55
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	57

## 1 INTRODUÇÃO

Suas últimas vozes dizem-nos que não haveria futuro para as pessoas que esquecem os seus passados (Newstapa, 2016).

A história das “mulheres de conforto” é um dos maiores exemplos de exploração vivida por mulheres durante o período de guerras provocada pelo Japão imperial (1927-1945). Quando o Japão dominou diversos territórios em busca de expandir sua influência e território, cometeu diversos crimes, incluindo a sistematização do estupro contra milhares de mulheres. O estupro foi apenas um dos muitos traumas enfrentados por essas mulheres que, além de sofrerem durante os conflitos armados, foram estigmatizadas e julgadas por essas violências após o término dos conflitos. Seus próprios países foram os primeiros a perpetuar a violência, não so através de julgamentos, mas também pela imposição do silenciamento de suas vozes.

Diante dessa situação, muitos estudiosos, movimentos de reparação para as vítimas, movimentos feministas Sul coreanos e japoneses, além de programas midiáticos e redes de TV têm dado voz às sobreviventes do “sistema de conforto” para que elas contem suas histórias. Uma dessas redes é a Newstap<sup>1</sup>, que produziu um documentário dividido em vários episódios. O documentário não apenas revela os horrores das violências vividas por essas mulheres, que denuncia através das entrevistas cedidas, mas também os mais violentos crimes cometidos contra elas, sexual, físico e psicológico. Os episódios são extremamente sensíveis e dolorosos, mas também mostra como alguns países “lidaram” com a questão.

Diante disso, a frase retirada do documentário da Newstap (2016)<sup>2</sup> citada acima, que fala sobre como suas últimas palavras nos dizem que não há futuro para aqueles que esquecem o seu passado, transmite uma mensagem importante. Além de apresentar os testemunhos das “ex-mulheres de conforto”, destaca as resistências, a busca por justiça e reconhecimento por parte do Japão pelos crimes cometidos contra elas, e a relevância de suas histórias para o mundo. A mensagem ressalta que recordar e aprender com o passado é essencial para evitar a repetição de erros, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e consciente de sua trajetória histórica.

---

<sup>1</sup> A Newstapa é uma importante Centro de Jornalismo Investigativo da Coreia, ela é uma organização de mídia sem fins lucrativos, apartidária e independente, voltada para 99% da população. Segundo o próprio site, eles têm como missão, destruir as fake News.

<sup>2</sup> Documentário sobre a “ex-mulheres de conforto” pode ser encontrado na: Newstapa. “**Sorrowful Homecoming Part 2: Witness of a North Korean Victim..**” Coreia do Sul, 2016: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gRIdR3S5TA&list=PLtZnhRoQo2PwsvhsZN7NfEuNxIKQk309b&index=2>

A exploração das “mulheres de conforto”, iniciada pelo Império japonês, é uma questão histórica de extrema relevância e sensibilidade como iremos ver adiante, pois revela uma interação entre o gênero, a sexualidade e o poder estatal. Segundo Foucault (1988), a sexualidade é um “dispositivo histórico”, uma invenção social moldada pelos discursos que regulam e normatizam a exploração e o estupro de mulheres em conflitos armados e fora dele. O “sistema de conforto” estabelecido pelo exército japonês durante sua expansão territorial no Leste Asiático é um exemplo claro de escravidão sexual institucionalizada e sistematizada. Nesse sistema, mulheres foram subjugadas, violentadas e desumanizadas dentro de uma estrutura fortemente militarizada e patriarcal. Segundo Parrilha, essa estrutura parte da “influência confucionista, que reduzia o papel da mulher ao de servir seus homens, inclusive sexualmente, ao mesmo tempo em que as culpabilizava pela violência sexual que sofriam” (2022, p. 8).

O “sistema de conforto” perdurou durante todo o período de expansão territorial do Japão, se iniciando em 1932 até 1945, em que os soldados abusavam sexualmente das mulheres nos territórios ocupados. Segundo o argumento do governo o sistema serviria para evitar “abusos descontrolados”, o que dava legitimidade para organizar um sistema de “recrutamento” de jovens mulheres de suas colônias, enviando-as para territórios com presença militar japonesa, muitas vezes por meio de falsas promessas, coerção e sequestro. “As vítimas eram, em sua grande maioria, estrangeiras que haviam sido sequestradas, enganadas com oportunidades de empregos falsas ou, até mesmo, vendidas por seus pais devido à miséria” (Fabrini, 2022, p. 7). A miséria foi apenas um dos muitos reflexos da guerra, mas também era uma das principais estratégias do império japonês para o recrutamento de meninas para o “sistema de conforto”.

A discussão sobre o tema só veio ganhar destaque na década de 1990, quando as vítimas começaram a quebrar o silêncio após quase 50 anos, sendo essencial compreender as dinâmicas sociais, políticas e culturais que perpetuaram o comércio e a objetificação do corpo feminino historicamente, especialmente em tempos de crise, como nos contextos de guerra. A sistematização do “sistema de conforto” ilustra como o poder militar japonês era empregado para controlar e explorar os corpos dessas mulheres – corpos esses que de acordo com Perrot, (2007) eram desejados, dominados, subjugados e frequentemente roubados em sua própria sexualidade. A sistematização permitia o uso dos corpos das “mulheres de conforto” para satisfazer os desejos dos soldados e aliviar o estresse da guerra. Segundo Sarah Soh (2008), a expressão “Mulheres de Conforto” vem do termo inglês “Comfort Women”, “Wianbu” em

coreano e “ianfu” em japonês. O uso dessa expressão desumanizou e legitimou a violência sexual que essas mulheres sofreram.

Nesse contexto, a problemática central desta pesquisa visa analisar como as interações entre gênero, sexualidade e poder perpetuaram a exploração das “mulheres de conforto”, conforme a política de estado do Império japonês. A análise destaca não apenas as dinâmicas de poder envolvidas, mas também a perda da identidade e a subjugação impostas às mulheres dominadas. O gênero, definido pelas relações sociais e moldado pelas redes de poder da sociedade, teve um impacto profundo nas experiências vividas por essas mulheres. Além disso, a análise busca entender como essas questões influenciaram e continuam a influenciar o Japão e os países afetados, sendo fundamental para compreender as dinâmicas sociais e a desigualdade memorial.

O tema das “mulheres de conforto” surgiu como objeto de pesquisa a partir de uma inquietação sobre a ausência desse debate tanto nas escolas quanto nas universidades. O interesse intensificou-se com a análise de produções culturais, como séries que retratam essa história, destacando como a memória dessas mulheres é abordada em países como a Coreia. Esse contexto de violência estrutural contra corpos e vidas femininas afeta profundamente a construção de identidades e do corpo social, sendo frequentemente negligenciado tanto pela historiografia quanto pela sociedade.

A sensibilidade do tema expõe como a violência muitas vezes justifica o agressor, enquanto condena e silencia a vítima. Abordar esse tema não apenas traz à tona discussões no campo feminista e histórico, mas também faz uma denúncia.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada principalmente em uma análise bibliográfica. A pesquisa concentrou-se na investigação de produções científicas sobre o tema das “mulheres de conforto”, incluindo livros, artigos acadêmicos e documentários, acessados através de bases de dados especializadas e fontes externas. Este levantamento bibliográfico possibilitou a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e culturais que sustentaram a exploração dessas mulheres, revelando a interação entre gênero, poder e guerra como fatores determinantes em suas experiências históricas.

Uma questão relevante detectada durante a pesquisa foi a escassez de produções historiográficas sobre o tema, o que ressalta a limitação da literatura disponível. Grande parte das pesquisas existentes está vinculada a outras áreas de estudo, como as ciências sociais e relações internacionais, mas a quantidade de trabalhos historiográficos focados nessa questão é restrita. Além disso, a maioria das fontes acessíveis estão localizadas fora do Brasil e muitas vezes são de difícil acesso, limitando ainda mais a produção acadêmica nacional sobre o tema.

Diante dessas dificuldades, foram investigados materiais em artigos científicos, documentários, livros e documentos oficiais, como a ONU. No entanto, houve pouca disponibilidade de literatura que não estivesse centrada em um único país ou que abordasse o tema de forma mais ampla.

O acesso a uma coleção de artigos foi viabilizado por meio de uma colaboração com uma pesquisadora Larissa Bianca Nogueira Redditt<sup>3</sup>, que disponibilizou uma pasta digital com materiais relevantes sobre o tema. Essa cooperação proporcionou acesso a uma gama de documentos que, de outra forma, seria de difícil acesso. No entanto, a maioria desses materiais localizados estavam em idiomas estrangeiros, o que impõe limitações decorrentes do tempo restrito para tradução.

Antes de iniciar a escrita da pesquisa, foi realizada uma leitura extensiva de literatura relacionada ao tema, o que permitiu uma melhor compreensão das formações teóricas e um mapeamento das lacunas presentes no campo. O objetivo principal deste esforço foi identificar e mapear as ausências na produção historiográfica sobre as “mulheres de conforto” para contribuir com a ampliação do debate acadêmico sobre essa questão.

Para atingir o objetivo proposto, o trabalho foi estruturado em três capítulos: o primeiro capítulo visa apresentar o caso das “mulheres de conforto” dentro de um referencial teórico histórico, abordando as origens do “sistema de conforto”, seu funcionamento e seus desdobramentos, assim como a origem da terminologia “mulheres de conforto” e seus usos.

No segundo capítulo, analisaremos o conceito de gênero, sexualidade e poder como ferramenta teórica, estabelecendo-o como o instrumento teórico fundamental para todo o trabalho. Este capítulo visa compreender a exploração do corpo feminino em contextos de guerra, abordando as diversas complexidades envolvidas nas teorias de universalidade e problematizando-as em contextos que vão além do ocidente.

Por fim, o terceiro capítulo, explora como a questão das “mulheres de conforto”, forçadas a trabalhar como escravas sexuais durante a Segunda Guerra Mundial, foi tratada em diferentes países após o conflito. As referências utilizadas focarão em como essas mulheres foram lembradas ou esquecidas ao longo do tempo, e como a desigualdade na preservação de suas memórias reflete nas percepções dos símbolos nacionais.

---

<sup>3</sup> Doutoranda em História com foco em Leste Asiático pela University of Wisconsin-Madison e mestre em Humanidades Japonesas pela Kyushu University, com bolsa MEXT. Possui mestrado em Arqueologia pelo Museu Nacional/UFRJ e graduação em História pela UFRJ. Especialista em História Antiga e Medieval pelo NEA/UERJ, tem experiência em História e Arqueologia, com ênfase em História das Religiões, Judaica e Oriental, além de Arqueologia Japonesa. É coordenadora de História e Arqueologia do Japão no LHER/UFRJ e pesquisadora colaboradora do CEA/UFF.

## 2 - A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCRAVIDÃO SEXUAL NO IMPÉRIO JAPONÊS

Neste capítulo, faremos uma breve contextualização sobre a institucionalização do estupro, que permitirá compreender a criação do “sistema de conforto” e as condições que levaram à sua perpetuação pelo Império japonês. O termo “sistema de conforto” é um eufemismo para a prática de escravidão sexual instituída pelo governo japonês durante a guerra. Essa prática tinha raízes em percepções e costumes já presentes tanto na sociedade japonesa quanto no mundo, especialmente antes do século XX.

O termo “escravidão sexual” foi escolhido para substituir o termo “mulheres de conforto”, pois este suavizava a realidade cruel a qual essas mulheres eram submetidas, sendo usado pelos próprios soldados para referir-se a elas. Como esse sistema consistia em estupros coletivos de guerra, tanto a ONU quanto os movimentos feministas e as próprias vítimas expressaram seu desconforto com o termo imposto pelos japoneses. Era necessário utilizar uma terminologia que revelasse o verdadeiro crime cometido e a intenção por trás da prática, reconhecendo o abuso como um crime, e não como algo consensual ou trivial.

Além disso, é essencial compreender a historicidade e a utilização do termo “mulheres de conforto”, entender a origem e a evolução deste tema nos ajuda a contextualizar melhor as atrocidades cometidas e a longa luta por reconhecimento da violência cometida e reparação (se é possível haver reparação) para as sobreviventes. Com essa discussão buscamos ampliar o debate acerca do tema e lançar alguns questionamentos para trabalhos futuros.

### 2.1 O termo “mulheres de conforto”

O termo “mulheres de conforto” é alvo de debates que revelam a complexidade das narrativas em torno do tema. Segundo Nishino (1993) e Soh (2000), o eufemismo “*ianfu*” foi cunhado pelo Japão imperial para categorizar mulheres jovens de várias origens forçadas a se tornarem trabalhadoras sexuais para as tropas japonesas. No entanto, essas mulheres eram referidas pelos militares com o termo chinês “*pi*”, que podia significar tanto “bens” quanto o órgão sexual feminino, destacando a desumanização envolvida.

Dessa forma, a definição de “conforto” está intimamente ligada ao prazer dos homens, reforçando a conotação patriarcal e androcêntrica que foi utilizada para descrever uma prática profundamente violenta. Ao associar essas mulheres à função de fornecer “conforto” aos soldados, o termo não só dissimula a natureza de escravidão sexual, mas também transfere a ênfase para o bem-estar dos homens, ignorando o sofrimento brutal a que essas mulheres eram

submetidas. Essa nomeação é clara e intencionalmente inadequada, uma vez que parte da visão dos dominadores, ocultando a violência sistemática e objetificação das vítimas.

Já Soh (2000) e Silva (2011) criticam o uso do termo, afirmando que “mulheres de conforto” era um eufemismo criado para suavizar a realidade da escravidão sexual. Parrilha (2022) e Rodrigues (2022) reforçam essa crítica ao descrever o termo como uma ferramenta de dissimulação usada para legitimar um crime de guerra, ocultando a verdadeira natureza cruel e desumanizadora dessa prática. A nomeação “conforto” implica que essas mulheres estariam prestando um serviço consensual, desconsiderando o fato de que elas eram forçadas a viver em condições desumanas, sujeitas a contínuas agressões sexuais.

Outros autores, como Paiva (2021), Azenha (2017), Zhiliang (2014) e Watanabe (1999), também discutem o termo “mulheres de conforto” como uma tradução do eufemismo japonês “ianfu”, criticando sua inadequação por suavizar a tortura e exploração sexual sofrida pelas mulheres. O uso desse termo passa a ideia de submissão voluntária, quando, na verdade, trata-se de um sistema de violência e opressão imposto pelo Estado imperial japonês. Ao reduzir essas mulheres ao papel de objetos de “conforto”, o termo distorce a gravidade dos crimes cometidos, camuflando a verdadeira dimensão da violência e do sofrimento infligido a essas vítimas.

Diante disso, todos os autores concordam que o termo “mulheres de conforto” é inadequado, pois encobre a verdadeira natureza do abuso e da escravidão sexual. A partir da perspectiva da ordem do discurso de Foucault (1999), é possível analisar como o uso desse eufemismo exemplifica o discurso como instrumento de poder, utilizado pelo Estado japonês para moldar a percepção da realidade e da verdade, ocultando a violência e a opressão sofridas. Foucault nos leva a refletir que esse controle sobre o discurso também se torna uma forma de controle sobre a memória e a verdade.

Além disso, os autores divergem na ênfase sobre as implicações do uso do termo: alguns focam na origem e função do termo como ferramenta de dominação discursiva, enquanto outros destacam a necessidade de expor a brutalidade oculta por trás desse eufemismo. Em todos os casos, há consenso de que o termo perpetua uma visão distorcida da realidade, contribuindo para a manutenção da dominação do agressor, do silêncio e da injustiça em relação aos crimes cometidos contra essas mulheres.

No entanto, embora o termo seja muito usual por parte da historiografia e por diversos estudiosos de outras áreas, foi só em 1990 que esse termo surgiu, tornando-se palco de grandes debates internacionais e nacionais. A partir desse momento, ele passou a ser utilizado com mais

ênfase pelos japoneses como forma de encobrir a natureza dos crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial. Sun Nam vai explicar que:

Em 1990, os japoneses colocaram ‘candidatos (중군)’ à frente da expressão ‘Mulheres de Conforto’ para se referirem a estas mulheres, a fim de distorcer a história, como se fosse a violação sexual ou tortura tivesse sido exercida de modo voluntário (Kim, 2016). Pela primeira vez na comunidade internacional, foi utilizado o termo ‘Mulheres de Conforto (Comfort Women)’ neste caso, para descrever as mulheres vítimas de escravatura sexual, pelos exércitos japoneses. Hoje em dia, especialmente na ONU, os crimes relatados neste caso são descritos como escravatura sexual dos exércitos ou escravidão sexual. Conforme foi apresentado no relatório de Radhika Coomaraswamy, (Park, 2015) no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, este ato foi considerado por esta Relatora Internacional das Nações Unidas, como um ‘military sexual slavery in wartime’. Esta decisão oficial de utilizar a expressão ‘escravatura sexual militar em tempo de guerra’ significou o reconhecimento de que o problema de mulheres de conforto dos exércitos japoneses, não se tratou nem de um contrato pessoal de prostituição, nem de um sacrifício voluntário da população para interesse do Estado do país colonizador. (Sun Nam, p. 19, 2018)

Foi então reconhecido que o termo “mulheres de conforto” não descrevia adequadamente a violação sexual que essas mulheres sofreram; pelo contrário, ocultava os crimes cometidos e perpetuava a voz do agressor ao invés das vozes das vítimas. Essa definição, portanto, tornou-se pejorativa e rejeitada por muitas vítimas, pois remetia à percepção sexista e machista da sociedade japonesa (Neto, 2021).

De acordo com Nam, “na ONU, os crimes relatados neste contexto são descritos como escravatura sexual dos exércitos ou escravidão sexual. Conforme apresentado no relatório de Radhika Coomaraswamy ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, este ato foi classificado como “military sexual slavery in wartime” (2018, p. 19). Investigações históricas, especialmente aquelas conduzidas por feministas da Coreia do Sul, reconheceram amplamente esse sistema como uma forma de escravatura sexual imposta pelos militares japoneses, trazendo à tona os crimes cometidos e o reconhecimento das vítimas, além de evidenciar a inadequação do termo anteriormente utilizado.

Dessa forma, o termo “mulheres de conforto” deixou de ser utilizado, sendo substituído pela expressão “escravatura sexual” a fim de enfatizar que o “sistema de conforto” não foi um consentimento ou sacrifício das mulheres para o império japonês, mas sim uma forma de ocultação e amenização dos crimes cometidos contra elas.

Porém, muitos autores ainda utilizam o termo “mulheres de conforto” no sentido de facilitar a leitura e a identificação do tema, mas sempre ressaltando o eufemismo e o significado desse termo. Nesse sentido, também adotarei o termo “mulheres de conforto” por conveniência

de entendimento. Ele é colocado entre aspas, exemplificando que seu uso não implica aceitação ou legitimação do eufemismo, mas sim uma forma de facilitar a compreensão do leitor. Essa escolha visa chamar a atenção para a necessidade de criticar e desconstruir o uso desse termo, permitindo que a gravidade das experiências vividas por essas mulheres seja reconhecida e compreendida em sua totalidade, sem desviar do contexto histórico de opressão e violência que elas enfrentaram.

## **2.2 A estruturação e legitimação do “sistema de conforto” criada pelo poder imperial japonês**

Para compreender o “Sistema de Conforto” instaurado pelo Exército Imperial Japonês, é necessário contextualizar essa prática e compreender a formação do império japonês e suas raízes patriarcais que serão de grande importância para a institucionalização das estações de “conforto”. Esse sistema não só refletiu a brutalidade do militarismo japonês, mas também as estruturas patriarcais que permeavam a sociedade da época.

O Japão passou por uma transição<sup>4</sup> profunda, uma virada do período do xogunato para a Restauração Meiji, trazendo mudanças cruciais que moldariam a história do país. O xogunato era um sistema monárquico militar em que o poder real era exercido por um líder militar (xogum), enquanto o imperador desempenhava um papel simbólico. Esse sistema durou quase sete séculos, durante os quais o Japão foi dividido em unidades político-administrativas. O período Tokugawa, especialmente notável pelo fechamento dos portos japoneses em 1639 para impedir a influência ocidental (Cré, 2011), foi rompido em 1853 quando o Comodoro Perry dos EUA forçou o Japão a abrir seu comércio sob ameaça de ataque (Sato, 2013).

A crise de sucessão dentro do xogunato e a pressão externa resultaram em crescente descontentamento, culminando na Restauração Meiji em 1868, quando o poder imperial foi restaurado, marcando o início de uma nova era de modernização e industrialização (Silva, 2022). Durante a Restauração Meiji, o Japão passou por uma ampla “modernização econômico-militar, com forte investimento em industrialização” (Parrilha, 2022, p.56). As transformações internas e externas, moldadas por interações com a China e o Ocidente, além das ambições expansionistas, influenciaram significativamente a sociedade japonesa (Silva, 2022).

---

<sup>4</sup> Para compreender mais sobre essa transição ver: **Duda, Celso Francisco. Oliveira Lima e o Imperialismo Meiji / Celso Francisco Duda. - Recife, 2021. 122 p**

Com a chegada da esquadra americana em 1853, o Japão — sob influência ocidental (Stearns, 2012) — iniciou sua Revolução Industrial durante a Restauração Meiji, introduzindo mudanças rápidas que também afetaram os papéis de gênero. Essas transformações colaboraram para reforçar o patriarcalismo, “a força do patriarcado caiu sobre as mulheres, mas obviamente afetou também definições de masculinidade. Os homens, independentemente da personalidade de cada um, deveriam assumir seus papéis de dominantes” (Stearns, 2012, p.34). Em outras palavras, as mulheres estavam em posição de subserviente: a que deve servir e obedecer. Enquanto isso, os homens estavam na posição de poder: o que domina e protege.

Dessa forma, o império estabelecia uma estrutura social hierárquica em que o homem estava em um ponto social alto e exercia a autoridade máxima, enquanto as mulheres eram relegadas a papéis secundários, focados nas responsabilidades domésticas e na obediência às figuras masculinas (Stearns, 2012). Essa estrutura servira como uma das bases para a criação do “Sistema de Conforto”, sendo mais uma ferramenta de dominação utilizada pelo império japonês sobre os corpos feminino que adotara às mesmas políticas de prostituição que o país adotava no período posterior.

A exploração sexual das mulheres no Japão já era uma realidade antes das guerras do final do século XIX e início do século XX,<sup>5</sup> mas foi intensificada nesse período (Neto, 2021). Com a criação e promulgação do Código Meiji, a prostituição foi autorizada e regulamentada, “recrutando” mulheres pobres das classes mais baixas para satisfazer o desejo sexual masculino (Chang, 1997). Esse código consolidou “a subjugação feminina em relação aos homens, não apenas através das leis, mas também aos olhos da sociedade” (Dauer, 2006 apud Parrilha, 2022, p.70). Em outras palavras, a prostituição passou a ocorrer no interior da própria sociedade japonesa, explorando o corpo feminino em um contexto de exclusão social e econômica, e não de guerra.

No entanto, é importante ressaltar que a institucionalização da prostituição não é exclusiva do Japão, mas está presente em diversas sociedades ao longo da história. Na Europa, por exemplo, especialmente na França, a regulamentação da prostituição já era marcante desde a Idade Média — ou até antes. Portanto, esse fenômeno não é particular à sociedade japonesa, mas algo compartilhado por diferentes países e culturas, refletindo uma forma de controle estatal e social sobre a sexualidade feminina que atravessa fronteiras geográficas e períodos históricos.

---

<sup>5</sup> Embora essa prática tenha continuado durante o período Taishō (1912-26), ela foi eventualmente complementada durante o período Shōwa seguinte (1926-1989)

Essa forma de exploração sexual, apesar de cruel, difere da escravidão sexual imposta às “mulheres de conforto” durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), cujo nível de brutalidade foi incomparável. Antes e durante a Guerra, o Japão adotou uma política militar imperialista, expandindo seu território por meio da invasão e ocupação do coração da China ( Manchúria), da península coreana e de outros países do sudeste asiático. Nesse processo, o “Sistema de Conforto” foi estabelecido como um sistema de escravidão sexual, institucionalizando a exploração brutal das mulheres nas regiões ocupadas (Rolim, 2008).

O Código Civil de 1898 reforçou significativamente a autoridade patriarcal dentro da estrutura familiar, estabelecendo que “as mulheres precisavam do consentimento de seus maridos para assinar contratos” (Stearns, 2012, p 177). Essa legislação solidificou a figura do homem como a principal autoridade e refletiu os ideais sociais promovidos pelo governo da época. As publicações oficiais continuamente divulgavam a imagem idealizada de mulheres cujo papel primordial era preservar a unidade familiar por meio da devoção e do auto sacrifício. No entanto, essa ideologia da “boa esposa, sábia mãe” não excluía necessariamente o trabalho remunerado.

De fato, muitas das mulheres idealizadas pelas campanhas governamentais tiveram de assumir empregos para sustentar suas famílias, criando uma tensão entre as expectativas sociais impostas pelo império e as necessidades econômicas reais. Esse discurso oficial também servia como uma tentativa de competir com as influências das mulheres ocidentais, apresentando um modelo feminino que, ao mesmo tempo que preservava os valores tradicionais, permitia certo grau de participação no mercado de trabalho (Stearns, 2012).

A criação do “sistema de conforto” teve várias implicações tanto antes quanto durante a Segunda Guerra Mundial. Uma delas foi a anexação do território coreano, utilizado pelo governo como principal fornecedor de alimentos, minerais e materiais de guerra, além do sequestro e coerção de milhares de meninas. Isso exemplificava a dominação dos corpos femininos não só como entretenimento para os soldados, mas também como forma de poder, dominação e manutenção da guerra (Okamoto, 2013). A Coreia era um importante ponto estratégico de guerra para o Império japonês. Azenha explica que ela fica:

Localizada na Ásia Oriental [...] encontra-se rodeada por três grandes impérios orientais: China, Rússia e Japão. A posição geoestratégica da Coreia, acompanhada pelas potencialidades das rotas comerciais marítimas e diplomáticas - em particular com a China e Rússia - intensificaram o interesse do Japão neste país (2017, p.18).

Assim, ao controlar um importante meio comercial, territorial e estratégico, o Japão passou a dominar também o idioma, a cultura e os corpos dos coreanos. O Império japonês

acreditava que o povo era sua propriedade e, portanto, podia usá-lo conforme desejasse. Esse mesmo tratamento foi estendido a outros territórios dominados, como China, Taiwan, Filipinas, entre outros. E assim, as mulheres, nesse contexto, eram vistas como fundamentais para a continuação e manutenção da guerra.

O controle sobre as mulheres, isto é, sobre os seus corpos, foi uma forte demonstração de dominação masculina e uma estratégia militar para manter a moral das tropas japonesas e consolidar as relações de poder do Império japonês sobre as regiões ocupadas. O uso sistemático de “mulheres de conforto” e a criação do sistema de conforto revelam uma brutalidade institucionalizada em que o corpo era utilizado para servir aos interesses bélicos e expansionistas do Japão dentro de uma estrutura social hierárquica na qual os homens detinham o poder e exerciam domínio sobre as mulheres. Esse comportamento imperialista e misógino perpetuou a opressão das mulheres nas regiões ocupadas e teve consequências inimagináveis para suas vidas, que sofreram abusos físicos e psicológicos extremos.

A partir do expansionismo japonês, o Império instituiu uma política voltada para a chamada manutenção da “sanidade mental” e “moral” dos soldados, dizendo estar suprindo as necessidades consideradas “básicas” para que estes continuassem lutando pela nação. Essa “sanidade” dos soldados estava intimamente ligada à ideia de que as instituições masculinas precisam ser constantemente satisfeitas em termos sexuais. Quando essa sanidade é ameaçada pela incapacidade de “alívio”, o controle é algo que se perde.

Já a “moralidade” masculina estava intrinsecamente conectada à virilidade; o homem é pressionado a exibir força, a ser dominante e a lutar. Porém, essa moralidade é controlada pela sociedade, “os homens são marcados e brutalizados pelo mesmo sistema que os dá seus privilégios e poder” (Giffin, 2005, p. 49) e o estado imperial ditam como eles devem ser e agir. Em termos, a virilidade define a masculinidade.

Nesse sentido, a relação entre sanidade, moralidade e virilidade revela uma construção social em que o controle sobre o corpo feminino — sobretudo de mulheres das regiões dominadas — simbolicamente significava ter controle sobre o corpo social das nações dominadas. Essa instrumentalização mantinha a “ordem” masculina. Assim, Giffin explica que “Sob esta ótica, a forma de dominação peculiar [...] não é mais a autoridade patriarcal, mas sim a transformação de todas as relações em formas instrumentais e impessoais” (2005, p. 50).

A ideia de que a sanidade dos soldados dependia da satisfação sexual reflete uma visão distorcida do papel e das necessidades dos homens, baseada em uma percepção machista da época. Essa visão deturpada relaciona a virilidade masculina com a dominação e a violência, sugerindo que os homens, para manterem sua estabilidade emocional, precisariam exercer

controle sobre os corpos femininos. Isso perpetua uma compreensão errada da masculinidade, reduzindo-a a instintos primitivos e legitimando a objetificação e a exploração das mulheres.

Parrilha destaca que ideia:

da masculinidade militarizada, por sua vez, argumenta que as sociedades em guerra desenvolvem instituições e normas que geram uma masculinidade altamente militarizada que se baseia em distinções entre gêneros, onde os garotos, para serem homens, devem ser guerreiros e se utilizam da violência sexual para expressar sua dominação contra populações inimigas (Parrilha, 2022, p. 31).

Contudo, ao adentrar nessa naturalização, a relação entre masculinidade e violência sexual ignora a complexidade das emoções humanas e reforça estereótipos que desumanizam tanto homens quanto mulheres. Isso não reflete a verdadeira natureza do masculino, mas sim uma construção social distorcida que busca justificar a brutalidade em tempos de guerra.

Diante disso, essa concepção não apenas legitima a exploração sexual, relegando a mulher a um status de subserviência e anulando-a enquanto sujeito, ao ser imaginada apenas como um objeto de prazer, como também revela um pensamento de posse que naturaliza sua inferioridade, submissão e a negação de sua humanidade. Além disso, essa visão reforça uma moralidade opressiva que afeta tanto homens quanto mulheres, exigindo dos homens uma imagem de força inabalável. Ao questionar essas normas, podemos compreender como o poder imperial e a guerra exacerbaram essas dinâmicas, resultando em práticas como o “Sistema de Conforto”, que continuam a influenciar as relações de gênero e o comportamento social.

Diante dessa ótica, para evitar a queda da moral do exército e impedir os estupros em massa da população local, o Estado japonês sistematizou, institucionalizou e legitimou a criação das “casas de conforto” (bordéis). Como a prostituição já era legalizada no país, a implementação do “Sistema de Conforto” não encontrou grandes obstáculos (Soh, 1996). A instituição dessas estações de conforto, supervisionadas pelo Estado, começou em 1933 e se espalhou por todo o Japão e onde quer que as tropas japonesas estivessem estacionadas até o final da Guerra do Pacífico em 1945 (Soh, 1999). No entanto, foi apenas em 1937 que o “Sistema de Conforto” foi formalizado, legitimando e facilitando a mobilização dos meios e recursos necessários para o recrutamento de mulheres (cf. Beevor, 2014).

No entanto, o que chama a atenção no “sistema de conforto” é a sua institucionalização, em que a arregimentação de mulheres para a prostituição foi formalmente integrada como parte da máquina de guerra japonesa. Embora a exploração sexual de mulheres em territórios de conflito seja uma prática comum ao longo da história, esse caso se destaca pela forma organizada e oficial com que foi implementado. Como destacado, por Okamoto “a exploração

sexual de mulheres tem sido um concomitante comum para as atividades militares de várias nações, de modo que podem ser citados inúmeros casos históricos e atuais de provisão de mulheres locais por serviços militares coloniais” (2013, p. 106), porém, o sistema de conforto japonês foi além, transformando a violência sexual em uma estratégia de controle.

Outro aspecto importante a ser observado é o contexto histórico em que essa prática ocorreu, nos meados do século XX, um período marcado crescente mobilização em torno dos direitos das mulheres e do feminismo, especialmente no Ocidente, pois como aponta Coelho, o movimento de mulheres surge no final do século XIX, revelando as raízes e o desenvolvimento desse movimento ao longo das décadas seguintes.

Nesse período, o movimento social internacional de mulheres, conhecido como feminismo, foi dividido em “ondas”, cada qual representando uma reivindicação diferente das mulheres. Dentro dessas “ondas”, desenvolveram-se organizações, reivindicações, mobilizações, dentre outras questões referentes aos direitos das mulheres, [...] ocasionando a organização política internacional de mulheres. Esse movimento influenciou diversas esferas: política, econômica, social e acadêmica” (Coelho, 2021 p. 15).

Logo, essa crescente conscientização sobre os direitos das mulheres contrastava diretamente com a brutal exploração institucionalizada no “sistema de conforto”, ressaltando a gravidade desse crime. Não apenas pela sua natureza violenta, mas também por ter ocorrido em uma época em que já existia um debate mais sistematizado sobre a dignidade e a autonomia das mulheres.

Outro ponto relevante são as características do “Sistema de Conforto” cuja institucionalização derivou de uma política de Estado, que revelou um projeto político abrangente que incluía investimento financeiro, uma justificativa moral e uma estratégia para dar suporte à continuação da guerra. A violência contra o corpo dessas mulheres não foi apenas uma consequência das circunstâncias de guerra, mas sim parte de um plano sistemático de controle e subjugação.

O corpo feminino tornou-se um campo de batalha, utilizado para manter a moral das tropas e perpetuar a dominação militar e cultural. Como observa Rosa (2017, p. 11), “muitos acreditavam que a violência sexual antes da batalha aumentava a agressividade e sentimento de poder do soldado, e após a batalha o ajudava a relaxar”. Essa prática, portanto, era um elemento estratégico calculado com implicações profundas para as vítimas e para a sociedade. A justificativa moral fornecia uma camada de legitimação, permitindo que o sistema fosse mantido sem grande resistência interna, enquanto o investimento financeiro garantiu sua operacionalização eficiente.

Segundo Qiu et al. (2014), a primeira estação de conforto foi localizada em Xangai, na China — em 1932 — após a invasão japonesa em 1931. Inicialmente, essas estações eram pequenas e raras, utilizadas por ex-prostitutas. Devido ao alto número de doenças venéreas entre essas mulheres, o exército começou a recrutar e sequestrar meninas entre 12 e 24 anos, solteiras e virgens, como forma de prevenção de doenças. Parrilha (2022) observa a noção de superioridade masculina que o Exército Imperial Japonês possuía em relação às mulheres. O sistema refletia a ideia de que as “mulheres de conforto” eram responsáveis por proliferar doenças sexualmente transmissíveis. Acreditar que mulheres virgens não transmitiriam doenças só reforçava essa percepção patriarcalista e misógina do Japão, que culpabilizava as mulheres pela contaminação e o baixo rendimento dos soldados.

No entanto, foi apenas após o Massacre de Nanquim que os militares japoneses expandiram a quantidade de estações para “acalmar” os soldados e “impedir” massacres e estupros em massa (Rolim, 2008). Este evento foi um dos fatores importante, que levou o Estado japonês a institucionalizar o sistema de conforto. O massacre de Nanquim foi um dos episódios mais macabros e criticados internacionalmente em 1937. M. McCallum, horrorizado, expressou em 19 de dezembro de 1937:

Eu não sei por onde começar ou para terminar. Nunca ouvi ou li algo sobre tal brutalidade. Estupro! Estupro! Estupro! Nós estimamos em pelo menos 1.000 casos por noite, e muitos durante o dia. Em caso de resistência ou qualquer coisa que pareça desaprovação, há uma facada por baioneta ou uma bala... As pessoas estão histéricas... Mulheres têm sido levadas todas as manhãs, tardes e noites. O exército japonês inteiro parece estar livre para ir e vir como quiser e fazer o que bem entender. (McCallum, apud Zhang, 2001, p. 229).

Outro exemplo de brutalidade pode ser visto através do testemunho de uma ex-mulher de conforto taiwanesa que contou não só as barbaridades que ela viveu, mas quais foram as consequências dos pôs guerra em seu corpo. Graceia Lai, 87 anos conta:

Fui forçado a receber mais de vinte soldados todos os dias, soldados durante o dia e oficiais à noite. Alguns soldados japoneses estavam bêbados e nos espancaram. Cheio de tristeza e ódio, eu chorava todas as noites. Contraí malária na Indonésia, tive apendicite e meu olho direito foi cegado por estilhaços. Meu abdômen foi ferido, meu útero foi removido. Foi um inferno. (Ward, 2018, p.4)<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Versão original: I was forced to receive over twenty soldiers every day, soldiers during the day and officers at night. Some Japanese soldiers were drunk and beat us. Filled with grief and hate, I cried every night. I contracted malaria in Indonesia, had appendicitis, and my right eye was blinded by shrapnel. My abdomen was injured, my womb removed. It was a living hell. (Ward, p.4, 2018)

Essas eram as experiências de várias meninas entre 11 e 30 anos e mulheres de 50 anos ou mais, nenhuma delas escapavam dos abusos praticados pelos soldados. Qualquer resistência resultava em alvejamento ou golpes com baionetas (Silva, 2011). A institucionalização do “sistema de conforto” facilitou o sequestro e os estupros em massa, contribuindo para a brutalidade dos soldados, agora cobertos pela legitimidade do “sistema de conforto”. A partir da entrada do Japão na guerra em 1941, o recrutamento tornou-se sistemático e compulsório. Dessa forma, a criação do sistema de conforto só mostra a lógica contrária do que daquilo que o estado japonês acreditava; o estupro continuou sendo em massa só que agora estava legitimado, camuflado e com *modus operandis* “diferentes”.

O Japão teve diversos motivos para criar o “sistema de conforto” e nenhum deles era visando o bem-estar da população dos territórios ocupados, mas sim para o bem-estar dos seus soldados e para suprir suas ditas “necessidades”. O Japão se beneficiou da violência sexual como estratégia de guerra, trazendo ao exército benefícios práticos para ajudar no desenvolvimento de sua política de guerra (Nam, 2018). O governo iniciou um programa de assimilação ativa, explorando primeiramente mulheres de famílias pobres. As forças imperiais japonesas frequentemente visavam mulheres de áreas rurais e famílias carentes em suas expedições de captura de escravas (Soh, 1999).

As mulheres pobres, sendo as mais vulneráveis, foram alvos fáceis para o exército. Sua submissão refletia a dominação imposta ao país, e a precariedade econômica da família limitava qualquer possibilidade de defesa ou resgate. Sem recursos para buscar proteção ou resistir, qualquer tentativa de resgate era reprimida com violência, reforçando ainda mais a opressão sobre essas mulheres.

Segundo Paiva (2021), estimou-se que havia 125 estações de conforto na China. No entanto, Hirofuni (2007) discorda dessa estimativa e argumenta que o número era significativamente maior, em torno de 400, ocupando o coração da China, tanto no Sudeste quanto no Nordeste. Essas estações aumentavam à medida que avançavam em suas dominações territoriais, o que sugere que o número pode ter sido ainda superior, considerando os diferentes tipos de estações japonesas existentes nas áreas ocupadas pelos soldados. Essas estimativas provavelmente referem-se apenas às estações fixas, pois, segundo Qiu et al. (2014), havia três tipos de estações de conforto: fixas, móveis e improvisadas (temporárias).

O número de estações improvisadas não pode ser determinado devido à falta de documentação, assim como as outras formas de estações, pois, como mencionado, não há provas suficientes que supram as estimativas de forma satisfatória. Além disso, como não poderia deixar provas, o império japonês após a rendição destruiu quase todas as provas que

os incriminavam de quaisquer crimes, incluindo os relacionados às milhares de mulheres de conforto — as quais conseguiram poucas fugir ou sobreviver.

Portanto, essas estimativas são muito inferiores ao real tamanho e proporção do sistema de conforto, que durou 15 anos fixos. A precisão dessas estimativas é limitada, assim como as estimativas de recrutamentos, que variam geralmente entre 50.000 e 200.000 (Watanabe, 1999). Esses números baseiam-se em documentos encontrados, mas como muitos foram destruídos, não é possível chegar a um número exato. Alguns historiadores, como Qiu et al. (2014), acreditam que esses números são muito inferiores em relação à magnitude da guerra e à “sistematização do conforto”. Por exemplo, só no Massacre de Nanquim, estima-se que 200.000 mulheres tenham sido abusadas em seis semanas.

Logo, considerando os 15 anos de duração do “sistema de conforto”, os números relativos às mortes de mulheres nesse contexto são extremamente inferiores ao real impacto e alcance durante o conflito. Ao final da Segunda Guerra Mundial, as estimativas sobre o total de mortes causadas por crimes de guerra japoneses variam de 6 a 10 milhões de pessoas. No entanto, esse número refere-se à quantidade geral de mortes durante a guerra e não permite verificar especificamente a quantidade de mulheres mortas nas estações de conforto. Isso ressalta a dificuldade em obter dados precisos sobre as vítimas femininas, que frequentemente ficam ofuscadas nas estatísticas gerais de morte e sofrimento.

Nesse sentido, podemos considerar que o “sistema de conforto” reflete uma política enraizada de superioridade racial e nos ideais confucionistas, que influenciaram a formação das sociedades na China, Japão e Coreia. Stearns (2012) explica que “A base tradicional do confucionismo instigava as mulheres a serem subservientes. As crenças e práticas chinesas enfatizavam a importância do respeito e da domesticidade das mulheres” (2012, p.98).

É importante ressaltar também que o confucionismo, de forma geral, pregava a obediência e o respeito à hierarquia. Todavia, essa premissa em nenhum momento incluía a prática da “escravidão sexual”. Os ensinamentos de Confúcio foram manipulados para justificar uma prática específica. A filosofia confucionista, centrada na ética e na moralidade, foi distorcida para servir aos interesses de um sistema opressor, em que a violência e a subjogação das mulheres eram utilizadas como ferramentas de controle social e político.

Em outras palavras, os japoneses se sentiam superiores em relação às demais populações asiáticas, sentimento potencializado pelo esforço de impedir que o Ocidente dominasse o continente, posicionando-se como os responsáveis por “salvar” os povos asiáticos e, conseqüentemente, entendendo-se como mais fortes e preparados para tais conquistas (Lai, 2002, p.83). Essa concepção estava associada a uma missão sagrada de expansão japonesa para

as ilhas e regiões próximas na Ásia (Macedo, 2017). A subordinação dos japoneses ao Imperador também influenciou fortemente o desenvolvimento da escravidão sexual empreendida pelo Japão, em que as mulheres eram utilizadas para servir aos interesses nacionais.

### **3 - GÊNERO, SEXO E PODER: A COMPLEXIDADE DO SISTEMA DAS “MULHERES DE CONFORTO”**

O debate sobre o tema das “mulheres de conforto” envolve uma análise das questões de gênero, sexualidade e poder. Neste capítulo, propomos realizar essa discussão, buscando compreender as implicações resultantes desse sistema. Para isso, é necessário definir os conceitos de gênero e sexo, problematizando sua aplicação em contextos específicos e analisando sua relevância nos estudos sobre as “mulheres de conforto”. Compreender esses conceitos é essencial para entender o processo de sistematização desse sistema de exploração sexual.

A temática do gênero é fundamental, especialmente no contexto das “mulheres de conforto”, e tem sido amplamente discutida no cenário internacional, com destaque para a Coreia do Sul. Mesmo décadas após o ocorrido, o debate permanece acirrado, demonstrando a relevância e a sensibilidade contínua do tema. No entanto, apesar de sua importância e do intenso debate global, na historiografia brasileira o assunto ainda é pouco abordado, resultando em uma escassez de bibliografia disponível.

Como explicado no capítulo anterior, o controle da sexualidade das “mulheres de conforto” foi um elemento central na institucionalização desse sistema. Portanto, é crucial compreender o conceito de gênero e sua relevância nas discussões sobre as “mulheres de conforto” para aprofundar o debate.

Ademais, a discussão sobre as “mulheres de conforto” não se limita ao passado; o tema continua a gerar debates significativos nos campos dos direitos humanos e da justiça histórica. O reconhecimento das atrocidades cometidas e a busca por reparações permanecem questões pendentes em várias nações, especialmente em um contexto em que a violência de gênero e a exploração sexual são desafios globais. Compreender as dinâmicas de gênero que sustentaram esse sistema é, portanto, crucial não apenas para a historiografia, mas também para a construção de uma memória crítica que contribua para a luta contra a violência de gênero hoje.

#### **3.1 Desafios e limitações: uma análise de gênero, sexo e poder**

As teorias de gênero vêm sendo trabalhadas há algumas décadas, principalmente por meio das pesquisas e críticas feministas. Elas contribuíram para vários estudos, especialmente os relacionados às mulheres. Embora as feministas tenham se apropriado do conceito de gênero

como forma de analisar a condição feminina, o conceito vai muito além disso, pois está imbricado nas relações sociais, abordando tanto homens quanto mulheres, além de como eles se relacionam e se constroem socialmente. O gênero envolve uma construção social de todas as identidades, abrangendo as interações entre homens e mulheres. Essa abordagem é válida e essencial, pois reconhece que o gênero é uma categoria ampla que influencia diversas esferas da vida, e não apenas o estudo das mulheres. Isso ajuda a evitar uma visão reducionista e possibilita uma análise mais inclusiva das relações sociais.

O conceito de gênero, segundo Joan Scott, é definido em várias partes que, embora interligadas, devem ser analisadas distintamente. Ela afirma que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1989, p. 21). Nesse sentido, o gênero é uma ferramenta crucial para decodificar e compreender as complexas relações sociais, que não apenas legitimam, mas também constroem as relações sociais e políticas. Scott observa ainda que “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.”

Em contraste com a visão de Scott, Judith Butler (2018) vai apresentar uma abordagem mais dinâmica ao conceito de gênero. Sendo assim, para Butler, o gênero não é um conceito fixo, mas sim uma atividade contínua, um modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras. Ela argumenta que o gênero atua como um espaço no qual significados culturais são tanto recitados quanto inovados, ressaltando a fluididade das identidades de gênero e a possibilidade de transformação social.

Sendo assim, enquanto Scott vai enfatizar a construção social do gênero em relação ao poder e à política, Butler vai propor uma visão mais abrangente que considera o gênero como uma performance, um processo que pode ser desafiado e mudado. Conseqüentemente, o conceito de gênero, portanto, se torna uma ferramenta que possui diversas utilidades, tanto para análise crítica quanto para a promoção de mudanças sociais.

Diante disso, Scott (1989) critica as teorias de gênero que tendem a universalizar categorias e relações entre o masculino e o feminino, resultando em uma leitura redutora dos dados históricos. As maneiras como as sociedades representam o gênero, articulam regras de relações sociais e constroem o sentido da experiência são diferentes e precisam ser analisadas de forma meticulosa. Sob o mesmo ponto de vista, Butler (2018) também critica a teoria da universalidade. Ela afirma que o feminismo acompanha a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal da dominação patriarcal, pressupondo que todas as mulheres enfrentam as mesmas experiências, problemas e lutas. No

entanto, essa noção de patriarcado universal tem sido desqualificada por seu fracasso em tentar explicar os mecanismos de opressão das relações de gênero nos contextos culturais distintos do Ocidente.

De maneira similar, Edward Said — na introdução do seu livro o "Orientalismo" (1978) — estabelece uma ideia central de que a relação entre a Ásia e o Ocidente é, fundamentalmente, uma relação de poder, dominação e controle. Said descreve que o orientalismo é como uma construção discursiva que configura a “Ásia” como o “outro”, como uma figura exótica, subdesenvolvida e passiva, em contraste com o Ocidente que é racional, desenvolvido e ativo. Ou seja, o orientalismo vai funcionar como um discurso hegemônico, estruturando o conhecimento e o poder de forma a legitimar o domínio do Ocidente sobre o Leste asiático. Nas palavras de Said: “A relação entre o Oriente e o Ocidente é uma relação de poder, dominação, de variados graus de uma hegemonia complexa” (1978, p. 27).

Ademias, esse discurso, como discutido por Michel Foucault (1999), é uma forma de controle sobre o outro, moldando, consolidando e impondo o que o Ocidente entende sobre a Ásia. Foucault afirma que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (1999, p. 10). O Ocidente cria sua perspectiva orientalista, cristalizando esse conhecimento e alienando aqueles que têm acesso a ele. Logo, essa relação de dominação ocidental reflete o que Judith Butler (2018), crítica sobre o feminismo ocidental, que muitas vezes se apropria de culturas não ocidentais para ilustrar opressões de gênero de forma monolítica.

Dessa forma, tanto a crítica de Butler ao feminismo ocidental universalista quanto a análise de Said sobre o orientalismo convergem ao apontar como o Ocidente, ao tentar universalizar suas próprias categorias e noções de opressão, acaba colonizando as experiências e narrativas de outras culturas, reduzindo-as a estereótipos que servem aos seus interesses hegemônicos. Em complemento a isso, Benhabib e Corneel afirmam que:

As mulheres do terceiro mundo questionaram precisamente o pressuposto de que existe uma experiência universal de ser mulher, identificada coletivamente e consensualmente. Ser negro e ser mulher é ser uma mulher negra, cuja identidade é constituída de forma diferente da identidade de uma mulher branca. Este questionamento feminista revela a complexa natureza das identidades de gênero (1987, p. 20).

Ou seja, dentro dessa perspectiva, ser uma mulher asiática não é uma categoria homogênea, já que ser uma mulher chinesa, coreana, japonesa ou taiwanesa, envolve experiências culturais, sociais e históricas distintas que moldam a identidade de forma única e

que vai variar significativamente de acordo com o contexto cultural e nacional que elas vivem, e será influenciada por fatores específicos de cada país, como tradições, valores, história e estrutura social. Dessa forma, a identidade de gênero não pode e não deve ser generalizada; deve ser analisada considerando os pressupostos do lugar, de classe, de etnia, de cultura e de tempo histórico.

A ideia de dominação e a relação de controle e poder sobre o outro não permitem explorar as questões femininas de formas particulares. É necessário validar constantemente essas questões pelos estudos ocidentais e apenas sob sua perspectiva. Isso impede uma compreensão mais ampla e detalhada das especificidades culturais e contextuais das mulheres em diferentes partes do mundo.

Em virtude disso, precisamos ter em mente que há particularidades quando analisamos especificidades culturais que estão fora do ocidente e, portanto, precisam ser consideradas. Como aponta Gonçalves, “é inviável separar gênero dos contextos sociais, culturais e, inclusive, das modalidades de raça e classe: o gênero não se configura de forma consciente nas conjunturas históricas, mas se entrelaça com as interações vividas em cada região e período histórico” (2022, p. 120).

Diante disso, é fundamental considerar as diferentes dinâmicas culturais das relações de gênero no contexto da China, especialmente ao analisar a questão das mulheres nos territórios onde houve a dominação japonesa. A China apresenta uma diversidade regional, étnica e cultural muito grande, o que significa que não existe uma unidade cultural hegemônica, mas sim uma complexa variedade de contextos culturais vividos em todo o território (Gonçalves, 2022). Essa diversidade influencia diretamente as diferentes maneiras pelas quais as relações de gênero são percebidas e vividas nas diversas regiões da China, particularmente em relação ao confucionismo, que tem um papel predominante na formação dessas relações.

A filosofia confucionista apresenta uma visão específica sobre homens e mulheres, desempenhando um papel fundamental nas definições das relações de gênero e refletindo a estrutura patriarcal da sociedade chinesa. Confúcio enfatizou a importância da família tradicional, insistindo na obediência das mulheres aos maridos. Embora não tenha deixado escritos específicos sobre mulheres, sua filosofia foi interpretada por seus discípulos ao longo do tempo. Segundo Littlejohn (2017),

nas sociedades patriarcais, os homens têm mais autoridade do que as mulheres nos relacionamentos políticos e sociais; a importância da mulher é reduzida ao seu sucesso na perpetuação da família ao gerar um herdeiro do sexo masculino. As afirmações de Confúcio sobre as mulheres eram humilhantes e sugeriam que elas eram inferiores (Littlejohn, 2017, p.4).

Dentro dessa estrutura, as mulheres eram vistas principalmente como reprodutoras e subordinadas, sem grande valor social além de servir, obedecer e gerar filhos. Assim, a filosofia confucionista perpetuou uma diferenciação importante entre os papéis sociais de homens e mulheres, relegando as mulheres apenas aos espaços domésticos como esposas, concubinas e mães (Tarasco, 2020).

Essa perspectiva patriarcal foi perpetuada ao longo dos séculos, especialmente através de textos como os *Analectos*, que separavam os gêneros e estabeleciam expectativas distintas para cada um. Os ensinamentos de Confúcio e suas interpretações subsequentes fortaleceram a ideia de que as mulheres eram menos importantes e deveriam permanecer na esfera privada, enquanto os homens dominavam a vida pública e o governo. Além disso, as ideias confucionistas sobre gênero e hierarquia social continuam a influenciar a dinâmica social contemporânea na China e em outras sociedades que foram impactadas por esse pensamento. Embora a modernização e os movimentos feministas tenham desafiado essas noções, vestígios da filosofia confucionista ainda podem ser observados nas expectativas sociais e nos papéis de gênero, evidenciando a necessidade de uma reflexão crítica sobre essas tradições à luz dos direitos humanos e da igualdade de gênero.

Outro aspecto que o confucionismo promoveu foi a piedade filial e a continuidade do nome da família através da descendência masculina, o que reforçou a opressão das mulheres através dos textos como os “Quatro Livros para Mulheres” e os “*Analectos Femininos*” que codificaram normas de gênero, ensinando às meninas desde cedo a se conformarem a um estilo de vida submisso e a se dedicarem às suas responsabilidades domésticas. Esses textos, que eram alguns dos poucos disponíveis para a educação feminina, consolidaram a visão de que as mulheres deveriam ser obedientes e subservientes, perpetuando a desigualdade de gênero na sociedade chinesa pré-moderna (Littlejohn, 2017).

É importante destacar que Confúcio não criou uma sociedade patriarcal; ele apenas ratificou e reforçou a estrutura social em que vivia, já dominada por homens, na qual as mulheres eram vistas como menos importantes. Seus ensinamentos, ao refletirem essa realidade, contribuíram para a continuidade de um sistema que não permitia mudanças significativas no status das mulheres. As doutrinas confucianas passaram a ser consideradas imutáveis, dificultando qualquer possibilidade de evolução para as mulheres e mantendo-as, de certa forma, nas sombras de seus maridos e pais.

Ademais, vale ressaltar que o confucionismo é apenas um elemento e, de certa forma, bem menos contundente do que os ensinamentos bíblicos em relação às mulheres no

cristianismo. Portanto, ao buscar explicações para a subordinação feminina, o confucionismo por si só não responde adequadamente à questão, sendo necessário considerar outros fatores e contextos que também influenciam a posição das mulheres na sociedade.

O confucionismo, portanto, foi e ainda é uma ferramenta que contribuiu para a manutenção e o fortalecimento da dominação masculina sobre os corpos femininos. Essa rigidez nos ensinamentos de Confúcio impediu por muitos séculos que as mulheres se percebessem como indivíduos com direitos próprios, devido à forte ligação familiar e às expectativas sociais estabelecidas, perpetuando, assim, a ideia de submissão e obediência feminina. Esses ensinamentos foram transmitidos por gerações, solidificando ainda mais o papel submisso das mulheres na sociedade chinesa. No entanto, essa dinâmica patriarcal fazia parte da cultura e da estrutura familiar chinesa, o que não significava necessariamente que as mulheres se considerassem vítimas (Tarasco, 2020). Pelo contrário, para muitas mulheres, o cumprimento de seus papéis sociais era visto como parte essencial da transmissão cultural e da manutenção da base familiar. A ligação familiar era considerada muito mais forte e importante, o que diferencia essa perspectiva da visão ocidental, em que a independência individual tende a ser mais valorizada.

Dentro dessa ótica, percebemos que os homens sempre prevalecem e se beneficiam, colocando a mulher em uma posição de invisibilidade e inferioridade. Essa perspectiva mostra como, historicamente, as criações religiosas ou filosóficas, sendo majoritariamente concebidas, criadas e dominadas por homens, acabaram moldando a mulher sob o olhar masculino. Dessa forma, as mulheres são condicionadas desde práticas internas até práticas externas, permanecendo à mercê das vontades masculinas. As religiões dominadas por homens frequentemente retratam as mulheres como frágeis, não por uma real fragilidade, mas porque essa visão reforça a necessidade masculina de demonstrar força e superioridade.

Para além disso, também é importante destacar que existiram religiões, cultos e práticas matriarcais. No entanto, esses sistemas foram muitas vezes ofuscados pela predominância masculina na escrita e preservação da história, o que contribuiu para a manutenção da narrativa de que as mulheres sempre ocuparam um papel secundário ou subordinado. Essa escrita histórica seletiva acaba por ocultar as contribuições e papéis significativos que as mulheres tiveram em diversas culturas e períodos, perpetuando a ideia de que a dominação masculina é uma constante universal.

Todavia, essas relações no panorama macro já evidenciam sua complexidade. No panorama micro, essa complexidade aumenta ainda mais devido às diversas categorias religiosas e filosóficas, além das inúmeras comunidades chinesas que possuem suas próprias

visões sobre os papéis de gênero. Podemos compreender que, de fato, essas sociedades estão longe de serem universais ou de serem simplesmente tomadas como dadas ou naturais em todos os contextos culturais. Pelo contrário, categorias tão diversas como essas podem estar completamente ausentes ou, no mínimo, estruturadas muito diferentemente, em muitas sociedades.

Nesse contexto, tratar de mulheres fora do contexto ocidental terá desafios significativos, pois os conceitos de gênero e problemas relacionados não são universais e não abrangem todas as mulheres e culturas. Discutir as “mulheres de conforto” usando teorias ocidentais de gênero sem uma análise crítica e analítica pode ser problemático, pois, como Joan Scott (1989) e Oyèrónké (1998) ressaltam, cada cultura possui suas próprias especificidades. O que pode ser um problema para um grupo não necessariamente é o mesmo para outro, o que exige um cuidado ainda maior na análise, uma vez que essas mulheres vivem em contextos culturais, políticos e sociais distintos dos que estamos acostumados a estudar. Abordar suas experiências com a perspectiva de que elas são sempre subjugadas e oprimidas pode levar à ideia errônea de que somos livres e precisamos “salvar” os outros e esse olhar ocidentalizado pode limitar a nossa compreensão sobre outras culturas.

Por conseqüente, é necessário considerar a cultura do contexto em que a mulher está inserida, sua própria percepção desse lugar e como ela se sente dentro dessa realidade. Nas sociedades chinesas, muitas mulheres têm uma forte ligação com o lar como mencionado, o que é resultado tanto dos ensinamentos confucianos quanto das práticas culturais locais. A forma como as mulheres se estabelece também varia de acordo com a região geográfica da China em que estão inseridas, refletindo as particularidades culturais e sociais de cada área. Portanto, ao analisar a posição das mulheres em qualquer sociedade, é crucial entender o contexto cultural e as dinâmicas específicas que moldam suas vidas e perspectivas. Analisar uma cultura diferente da nossa exige um trabalho metódico e um processo de desconstrução das ideias preconcebidas. É essencial adotar uma postura crítica e analítica para compreender as complexidades do objeto de pesquisa.

Trabalhar com o conceito de gênero como uma categoria útil de análise é fundamental para uma construção mais crítica e aprofundada da história e das experiências femininas em diferentes contextos culturais. Oyèrónké (1998) resalta que quem pesquisa gênero cria categorias de gênero e que tornar o gênero visível é, por si só, um processo de criação de gênero. Dessa maneira, essa abordagem permite novos avanços e descobertas nas pesquisas. Além disso, Joan Scott (1989) e Oyèrónké (1998) convergem ao afirmar que o gênero não é apenas uma construção social de identidade, mas também uma construção de relações de poder.

Elas argumentam que essas construções estão entrelaçadas, sendo o gênero uma forma primária de dar significado às relações de poder. Como sua construção é social, as diferenças entre machos e fêmeas devem ser localizadas e investigadas nas práticas sociais e nas construções das relações de poder, e não em fatos biológicos predominantemente masculinistas (Oyèrónké, 1998).

Ambas destacam a ideia de que o gênero é socialmente construído e desafiam a percepção de que as diferenças de gênero são naturais e biologicamente determinadas. Scott observa que “as concepções de gênero foram e são moldadas em redes de relações de poder que se articulam e criam hierarquias entre os sexos” (Sousa, 2019, p.16). Essa perspectiva sugere que o conceito de gênero foi originalmente criado para diferenciar o sexo biológico da identidade de gênero, rejeitando o determinismo biológico (Sousa, 2019). Visto que a distinção entre sexo e gênero, segundo Oyèrónké (1998) é enganosa – já que nas conceituações ocidentais o gênero não pode existir sem o sexo, e o corpo está diretamente na base de ambas as categorias — ela ressalta que o sexo foi apresentado como a categoria natural e o gênero como a construção social do natural, mas até o sexo tem elementos de construção. Portanto, a distinção entre sexo e gênero é complexa e entrelaçada. Butler ainda complementa que:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta de que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza, ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido (Butler, 2018, p. 25)

Butler (2018), questiona a distinção entre gênero como construção cultural e sexo como algo biológico e natural. Ela argumenta que o próprio conceito de “sexo” é uma construção social carregada de significados culturais, e não apenas uma realidade biológica neutra. Diante disso, o determinismo biológico não pode considerar sexo e gênero como categorias separadas, pois ambos são construções sociais. Portanto, “sexo” já é uma categoria que está inserida dentro do conceito de gênero.

Ademais, Scott (1989) destaca que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas também social e política. Ela é aprendida e construída ao longo da vida através de discursos que regulam e normatizam comportamentos de acordo com ideais políticos, filosóficos ou religiosos. Dessa forma, o gênero também se torna uma questão política. No entanto, é importante ressaltar que gênero e sexualidade, embora interligados, não são a mesma coisa (Sousa, 2019).

Além disso, Michel Foucault (1988), ao discutir a repressão sexual, ressalta como o poder do discurso define o que é considerado aceitável ou inaceitável em relação à sexualidade. Esse discurso é controlado por uma rede de poder que molda a percepção da sociedade sobre o sexo, tornando-o também uma questão política, uma vez que aqueles que detêm o poder geralmente ditam o que a sociedade deve ou não aceitar e acreditar. Essa relação entre discurso, poder e normas sociais é crucial para compreender como as identidades de gênero e as expressões de sexualidade são não apenas reguladas, mas também frequentemente contestadas e renegociadas em contextos sociais variados.

Assim, é essencial considerar como as interações entre gênero e sexualidade se manifestam em diferentes culturas e épocas, evidenciando que a luta por reconhecimento e direitos não se limita a uma esfera individual, mas é parte de um contexto social e político mais amplo que continua a evoluir.

Foucault (1988) analisa que a lógica do poder sobre o sexo é como um paradoxo na qual a lei impõe uma ausência, exercendo controle uniforme e maciço em todos os níveis da sociedade. Esse poder se apoia nas diversas instituições, como o Estado e a família, funcionando de acordo com a lei da interdição. O poder define a obediência, constituindo os sujeitos como alguém que obedece a essa lei sem questionar, tornando-se assim passivo e limitado, incapaz de criar, mas apenas de seguir regras. Esse paradoxo revela uma eficácia do poder do estado que, ao nada produzir, leva o sujeito a obedecer, reduzindo todas as formas de dominação e submissão a um efeito de obediência absoluta. Durante a Guerra do Pacífico, a dominação e a obediência dos soldados para com o imperador eram evidentes.

O Estado usava sua rede de poder para controlar não apenas os corpos das mulheres, mas também dos homens, institucionalizando uma estrutura de estupros sob a justificativa de preservar a saúde física e mental dos soldados. Ao estabelecer esse sistema, o controle reforçava a percepção de que as mulheres eram objetificadas, subordinadas e reduzidas ao papel de meras servas dos desejos masculinos. Ao mesmo tempo, os homens, embora vistos como superiores, também eram manipulados pelo Estado, funcionando como ferramentas a serviço de uma política militar que priorizava a obediência cega. Isso não era resultado direto da vontade do imperador, mas de uma política de Estado que ultrapassava a figura imperial, criando um sistema complexo de controle e exploração que sustentava a hierarquia de poder e a dominação de gênero.

O poder do estado imperial tem o “o domínio sobre o sexo [...] ele fala e faz-se as regras” (Foucault, 1988, p. 80), ele se baseia em suas relações divinas ou religiosas criadas e controladas pelo próprio estado. Sendo assim, esse domínio perpetua uma rede de controle

sobre o sexo e o regulamenta. A sexualidade das mulheres neste contexto passa a ser controlada pelo Estado japonês e direcionada para a satisfação dos soldados, mas também para demonstrar força e controle dos povos dos territórios dominados.

Dessa forma, as mulheres dos países vizinhos dominados pelo Estado imperial japonês eram vistas pela ótica da sociedade japonesa como objetos sacrificiais em prol de um bem maior da nação, uma forte demonstração de poder, dominação, superioridade e nacionalismo exacerbado. Essa análise ilustra como o controle sobre o sexo e o corpo feminino está profundamente enraizado na dominação masculina e como o meio social atua como uma máquina que legitima e naturaliza essa dominância e assim perpetua a percepção das mulheres como propriedade dos homens ratificando a institucionalização e a sua sistematização.

Diante disso, compreendemos que o gênero está intrinsecamente ligado ao sexo e ao poder, em outras palavras, “O gênero não é uma simples categoria analítica; ele é [...] uma relação de poder” (Weeks, 2000, p. 40). Quando discutimos sexo e suas relações com o poder, é crucial reconhecer que esses conceitos não podem ser analisados separadamente. O controle da sexualidade feminina pelo Estado japonês é uma manifestação clara de como o poder e o gênero são entrelaçados, mostrando que a dominação e a opressão são sustentadas por estruturas de poder que utilizam o corpo e a sexualidade das mulheres como ferramentas de controle e subjugação não só da mulher, mas da sociedade.

### **3.2 Controle, dominação e a regulamentação do sexo e do corpo feminino no império japonês**

O “sistema de conforto” trabalha com a dominação e a regulamentação do sexo e do corpo feminino. O “recrutamento” dessas mulheres para as forças armadas do país pode ser considerado como “[...] um exemplo de controle estatal sobre o comportamento sexual dos soldados” (Soh, 1996, p. 1.228). Nele, o corpo da mulher é dominado, domesticado, subjugado e submisso, e o sexo é controlado e regulamentado pelas redes de poder do exército imperial japonês. Os “padrões de sexualidade feminina são[...] um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável, um poder historicamente enraizado” (Weeks, 2000, p.40). Dessa forma, o sexo é utilizado não apenas como um instrumento de prazer, mas também como uma arma para controlar e regulamentar o corpo feminino e masculino. Aqui, o sexo passa a ser instintivo e presenteado como uma forma de adornar os soldados, proporcionando-lhes prazeres momentâneos tanto psicológico quanto físico.

Para as mulheres, o sexo passa a ser a morte da alma, a violação do seu corpo e da sua liberdade de escolha, pois é utilizado como uma arma de dominação. O prazer já não é mais delas, e nunca foi; passa a ser mais ferozmente do homem. Ele se transforma numa ferramenta tanto para o prazer quanto para o mal. O estupro é a arma da dominação em períodos de guerras e fora dela, uma arma de opressão, cujo objetivo oculto é aniquilar o desejo, e seus alvos predominantemente são mulheres. Robsinson argumenta que.

O estupro não acontece por causa dos instintos ‘naturais’ do homem. É resultado da forma como as sociedades de classe distorce a sexualidade e aliena as pessoas umas das outras e de si próprios .... nós nos tornamos alienados de nós mesmos e uns dos outros. O estupro é a violência sexual são as formas mais extremas de tal alienação.<sup>7</sup>

Aos olhos da sociedade e dos soldados japoneses, alienados pelo discurso dominante da época, não era apenas a retórica do imperador que justificava essa objetificação das mulheres, mas um pensamento amplamente enraizado na cultura e na política do país. Essa visão sustentava a ideia de que a subordinação feminina e a superioridade masculina eram naturais e inquestionáveis, perpetuando a exploração e a violência como parte integrante da estrutura social. O sistema era elaborado como benéfico, sendo uma espécie de contribuição para o fortalecimento e vitória da nação. Era considerado necessário para que a guerra continuasse e para que as mulheres japonesas fossem protegidas já que eram vistas como reprodutoras dos filhos da grande nação imperial (Okamoto, 2013; Nam, 2018; Parrilha, 2022).

Assim como no ocidente, podemos considerar que há um pressuposto de que, ao contrário das mulheres, os homens têm necessidades sexuais biologicamente determinadas pela biologia, que resulta na ideia/senso comum de que os homens necessitam de satisfação sexual para afirmar sua masculinidade. Esse era também o pensamento dominante no Japão da época, a prerrogativa que concedia aos homens em geral, e em particular aos soldados o direito “natural” de buscar conforto sexual nessas casas (Soh, p.61, 2000), já que “o ato sexual em si é concebido pelos homens como forma de dominação, de apropriação, e de posse” (Bourdieu, 2012, p.30).

Bourdieu ainda explica que, “se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino ativo e o feminino passivo” (2012, p. 31). Este princípio cria uma organização que expressa e dirige o desejo masculino como desejo de posse. Para além disso, Bourdieu ainda

---

<sup>7</sup> Sadie Robinson. O que causa o estupro? Socialist worker (Reino unido), 7 de junho de 2011.

analisa que a dominação masculina está enraizada nas estruturas simbólicas de poder que definem e naturalizam o masculino como o ativo e dominante e o feminino como passivo, submisso e obediente. Nesta perspectiva, a hierárquica molda não apenas a dinâmica sexual, mas também as relações sociais como um todo. A construção cultural do desejo masculino como um desejo de posse e natural reforça e perpetua essa dominação estatal, transformando as interações entre homens e mulheres em relações de poderes desiguais.

Desse modo, as “mulheres de conforto” eram vistas apenas como meros receptáculos que contribuíam para dar energia aos soldados após os conflitos. Vale destacar também que há regulação e controle dos corpos não era só do corpo feminino, mas também do corpo masculino, decidindo quem dominava e quem seria dominado. O privilégio masculino também era uma cilada, visto que esse privilégio era controlado e definido pelo estado, dependendo de sua patente, também determinava como e com quem poderiam se deitar. Essa hierarquia era bastante comum dentro do “sistema de conforto”.

As “mulheres de conforto” destinadas nas estações para oficiais eram bastante diferentes das dos soldados. As estações eram divididas de acordo com a patente militar dos soldados; as instalações interiores e as nacionalidades das mulheres também eram escolhidas de acordo com o nível hierárquico dos militares. As primeiras eram mais equipadas e normalmente ocupadas por mulheres japonesas e coreanas especialmente selecionadas para os chefes militares, enquanto as instalações para soldados de baixas patentes eram básicas, consistindo normalmente de mulheres chinesas e de outras nacionalidades, e apenas uma cama e uma mesa num quarto pequeno (Qiu et al., 2014). Entende-se, portanto, que a estratégia japonesa não dependia apenas do controle do ambiente no qual os soldados praticavam sexo, mas também de com quem o faziam (Parrilha, 2022).

Pode-se analisar também que os homens vivem, em geral, submetidos a três sistemas de autoridade: o Estado (política), a religião/filosofia e a sua comunidade (clã). Já as mulheres, além de estarem submetidas a esses três sistemas de autoridade, estão ainda dominadas pelos homens: a autoridade dos pais, maridos e filhos. Essas quatro formas de autoridade — política, de clã, religiosa e patriarcal — fixa a ideologia dominante, perpetuando uma estrutura social hierárquica e patriarcal (Mao, 1967 apud Dabat, 2021). A autoridade do Estado impõe-se através das leis e regulamentos, controlando aspectos da vida pública e privada.

A religião ou a filosofia, como o Confucionismo no Japão, desempenha um papel crucial na formação dos valores morais e éticos da sociedade, orientando o comportamento das pessoas e reforçando a obediência, a dominação e a hierarquia. A comunidade ou clã atua como uma

unidade social básica, com suas próprias normas e expectativas que regulam as relações de gêneros entre homens e mulheres.

Para as mulheres, a situação é ainda mais complexa. Além de estarem sujeitas a esse modelo de autoridade, elas enfrentam a dominação masculina em todas as etapas de suas vidas. Desde a infância, são submetidas à autoridade paterna, seguida pela do marido após o casamento e, eventualmente, a dos filhos na velhice. Essa dominação masculina reflete e reforça o patriarcalismo, uma ideologia que considera os homens como superiores e as mulheres como subordinadas, restringindo a liberdade e os direitos das mulheres em várias esferas da vida.

As sociedades asiáticas, especialmente no contexto do Império japonês, são caracterizadas por um complexo sistema de autoridade que afeta tanto homens quanto mulheres, embora de maneiras diferentes. Enquanto os homens lidam com a autoridade política, religiosa e comunitária, as mulheres também enfrentam a opressão patriarcal, resultando em uma estrutura social profundamente desigual.

Dessa forma, entende-se que as histórias e trajetórias das mulheres foram marcadas por um jogo constante de dominações e desigualdade, que se manifestavam de maneira frequente em diversos grupos. Michel Foucault (2012) descreve esse aspecto como a microfísica do poder, que é caracterizada por múltiplas redes de dominação que se entrelaçam e se complementam ao longo do tempo.

Em outras palavras, o estupro é frequentemente utilizado como uma arma de dominação e repressão. Muitas vezes as mulheres são forçadas a se conformarem com os padrões masculinos e, portanto, naturalizam a dominação. Nesse contexto, Bourdieu afirma que “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais” (2012, p. 46). Isso significa que os dominados aprendem e passam a aceitar as normas e valores impostos pelo estado, justificando e naturalizando as relações de poder existentes. Essa aceitação faz com que as relações de dominação — como a dominação masculina — sejam percebidas como naturais e inevitáveis, até mesmo pelos próprios dominados.

Além disso, a socialização de gênero inculca comportamentos e características esperadas das mulheres, enquanto o patriarcado — definido como uma organização social em que os homens detêm poder sobre as mulheres — legitima essa dominação e sustenta a ideologia do “masculinismo” (Parrilha, 2022). A sociedade, especialmente os homens, frequentemente constrói uma imagem da mulher como um objeto de satisfação do prazer masculino, o que permeia o imaginário coletivo. A objetificação das mulheres reduz sua humanidade, impondo

um estereótipo nocivo que perpetua diversas formas de violência ao longo da história. Essa visão limita as mulheres a papéis de subserviência, diminuindo seu valor em comparação aos homens (Rodrigues, 2022).

Ademais, durante os conflitos, as concepções tradicionais de gênero são frequentemente desafiadas, o conceito de gênero costuma evocar e se concentrar em apenas dois papéis, sendo o poder geralmente associado ao masculino, enquanto o feminino é ligado à fraqueza e submissão. O homem é visto como o ser racional e, portanto, mais qualificado para governar, enquanto a mulher é reduzida a um ser corpóreo, não pensante, excluído das esferas de poder social e relegado à submissão e ao esquecimento (Yoronke, 2020). Dessa forma, compreende-se que as redes de dominação e resistência se formam historicamente a partir de relações de poder fundamentadas nas diferenças socialmente estabelecidas entre o que é considerado masculino e feminino (Scott, 1995).

Outro ponto central, para pensar essa questão, está relacionada a questão da classe social em que essas mulheres estavam inseridas — que será um dos grandes fatores para a difusão e para a institucionalização do “sistema de conforto”. Durante o período imperial japonês, muitas mulheres de classe baixa eram incentivadas a demonstrar lealdade ao império através de diversas formas de trabalho, incluindo as estações exclusivas para as Forças Armadas. A exploração dessas mulheres, tanto dentro quanto fora das fronteiras do império, facilitou o controle social sobre as colônias (Rodrigues, 2022).

Para além disso, a política imperial japonesa tornou meninas e mulheres de famílias sem terra ou sem emprego especialmente vulneráveis à prostituição forçada. Grande parte dessas jovens eram de famílias pobres que trabalhavam em áreas rurais ocupadas pelo Japão, e foram sequestradas ou enganadas com falsas promessas de emprego. A maioria das mulheres e meninas coreanas, por exemplo, foram levadas para as chamadas “estações de conforto” através de promessas falsas de trabalho no Japão.

Em alguns casos, os próprios pais, enganados, vendiam suas filhas acreditando que elas teriam empregos legítimos, mas, na verdade, elas eram forçadas à escravidão sexual (Okamoto, 2013). Em contraste, meninas de famílias mais abastadas, como as de grandes empresários em centros urbanos, tinham menor chance de serem forçadas à prostituição. Ou seja, quanto mais pobre a família é, maior é a sujeição a qual a mulher será submetida (Federici, 2019). Tanto o governo quanto a população japonesa acreditavam que mulheres de classe baixa poderiam ser mobilizadas como prostitutas, protegendo assim a “castidade” das mulheres de classe média e alta, e garantindo a reprodução de filhos para o império e impedido que as famílias de classe alta se rebelassem contra o império. Soh ainda ratifica que:

São as mulheres de famílias pobres as primeiras a serem exploradas para satisfazer os apetites sexuais presumivelmente incontroláveis dos homens com riquezas, armas ou poder. Portanto, não é surpreender que as forças imperiais japonesas tenham como alvo as mulheres de famílias pobres e rurais em suas expedições de “caças aos escravos (1996, p. 1230).

Além disso, quanto mais pobre fosse a família da vítima, menor o risco de o império ser processado posteriormente, já que a maioria dessas vítimas não tinha condições nem de se alimentar, quanto mais de processar o Estado e sustentar um advogado. Essa estratégia era muito eficaz porque os pais também não teriam como buscar justiça, resolvendo dois problemas de uma só vez: se não têm dinheiro, não se rebelam, e o imperador não pode ser acusado. Outrossim, as famílias pobres não tinham status para se opor ao poder imperial. É importante salientar também que não eram apenas os invasores que cometiam violência sexual contra as mulheres; tanto as forças militares “inimigas” quanto “aliadas” praticavam estupros, perpetuando no imaginário coletivo a ideia de que o ato sexual está sempre associado à masculinidade e ao poder e, assim, o tornando algo naturalizado.

## **4 - MEMÓRIAS EM CONFLITO: SILENCIAMENTO, INVISIBILIDADE E A LUTA POR RECONHECIMENTO**

Neste capítulo, tentaremos analisar como a questão das “mulheres de conforto”, forçadas à escravidão sexual durante a Segunda Guerra Mundial, foi tratada e reinterpretada em diversos países após o fim do conflito. O foco principal é o silenciamento e a revisão histórica dessas mulheres, ressaltando como suas histórias foram marginalizadas ou negadas em determinados contextos, enquanto, em outros, houve uma luta contínua pelo reconhecimento de suas experiências.

As bibliografias utilizadas discutem como essa desigualdade na preservação de memórias se reflete diretamente nas percepções nacionais, com alguns países abordando o tema com mais abertura e outros mantendo uma postura de negação ou omissão. A análise desse contexto é crucial aqui, pois muitos governos tentaram minimizar ou alterar a narrativa em torno dessas mulheres, o que torna o reconhecimento oficial ainda mais complexo.

Esse capítulo também analisa como a luta pelo reconhecimento das “mulheres de conforto” impacta as dinâmicas sociais, políticas e culturais das nações envolvidas. A disputa por memórias e as divergências na forma como cada país lida com esse passado influenciam diretamente as relações internacionais, criando tensões diplomáticas, especialmente entre países como Japão, Coreia do Sul e China, onde o tema ainda provoca controvérsias.

A discussão, portanto, não se limita à preservação da memória, mas também envolve as consequências dessas disputas sobre a construção da identidade nacional dos países, revelando como o silenciamento e a revisão moldam não só a percepção pública, mas as próprias políticas e acordos internacionais.

### **4.1. Silenciamento e revisão histórica: a luta pelo reconhecimento das 'mulheres de conforto'**

Por mais de quatro décadas após a Guerra do Pacífico, as nações da Ásia que sofreram nas mãos dos japoneses não levantaram oficialmente as questões relativas ao abuso sexual de suas mulheres, principalmente pela falta de conscientização sobre a profundidade das atrocidades cometidas. A falta de reconhecimento impediu que essas mulheres vivessem com dignidade, ou que ao menos recebessem um pedido de desculpas dos seus agressores.

A grande parte dos créditos por trazer essa questão à tona, tanto nacional quanto internacionalmente, pertence às mulheres coreanas e japonesas (Soh, 1996) que, com o apoio

de acadêmicos e pesquisadores, tiveram a coragem de enfrentar o silêncio e expor esses crimes, e a partir delas o problema das “mulheres de conforto” começou a ser discutido, e a violação sexual passou a ser reconhecida como crime, mudando, ainda que minimamente, a concepção histórica do Japão, ganhando destaque nos debates nacionais e internacionais e contribuindo para a melhoria das relações do país com seus vizinhos, especialmente a Coreia (Nam, 2018).

Antes dos anos 1980, a narrativa no Japão focava principalmente no sofrimento japonês durante a guerra, como os ataques de Hiroshima e Nagasaki. A partir dos anos 1990, devido à pressão política, por parte de quem referências às atrocidades japonesas, como o sistema das “mulheres de conforto”, começaram a ser eliminadas dos livros didáticos. Esse revisionismo histórico criou um cenário propício para que o Japão se colocasse e se visse como vítima, o que dificultou a aceitação de qualquer responsabilidade pelos crimes cometidos.

A postura de vitimização dos agressores contribui diretamente para a negação dos direitos das mulheres vitimizadas, que ainda carregam a dor, a culpa e a humilhação de suas experiências. Se os líderes das forças aliadas deram consentimento tácito à ideia de que as mulheres eram obrigadas a oferecer serviços sexuais aos homens que lutavam na guerra, ou consideraram aceitável que os soldados das forças de ocupação violassem as mulheres da nação ocupada, então não era surpreendente que a condição das “mulheres de conforto” fosse ignorada. Como observado por Nam, “o país ainda vive numa sociedade nacionalista, cuja ideia de patriotismo vê o problema das mulheres de conforto apenas como um prejuízo para o país, e um obstáculo a ser superado” (2018, p. 30).

Além dos mais, a visão de superioridade racial sobre outras etnias foi uma das principais justificativas para a aceitação e prática da exploração sexual pelas forças armadas e pela população japonesa durante a Guerra do Pacífico. O Estado imperial japonês considerava essas mulheres um “sacrifício aceitável”, utilizando o controle mental e o nacionalismo extremo para alimentar essa ideologia como citado anteriormente. Assim, o sofrimento de outros era visto como justificável para o benefício do império japonês, ecoando práticas de regimes autoritários da época, como o nazismo de Hitler. Tanto no Japão quanto na Alemanha nazista, prevalecia a noção de raça superior, e quem estava fora desse meio eram desumanizadas, especialmente as mulheres.

Em virtude desse nacionalismo exacerbado e sentimento de superioridade em relação aos seus vizinhos, o governo japonês insistia e ainda insiste em não reconhecer formalmente o caso das “mulheres de conforto” e em não proceder com a indenização devida às vítimas. A razão para isso é o fato de o Estado japonês considerar que a sua imagem é mais importante do que do que essas questões, e que eles também são vítimas da guerra. Além disso, a população

japonesa do pós-guerra não tinha plena consciência da gravidade dos crimes cometidos por seu exército, chegando ao ponto de se culpar pela derrota e pedir desculpas ao imperador, em vez de reconhecer sua responsabilidade como agressora (Neto, 2021).

Dessa forma, até a própria terminologia utilizada, como “mulheres de conforto”, reflete o posicionamento japonês em relação a política de violência contra essas mulheres. No imaginário japonês, esse abuso não era considerado estupro, mas sim uma forma de entretenimento, evidenciando a desumanização e a hierarquia de gêneros e etnias que prevalecia. Nessa lógica, o homem colonizado era relegado ao trabalho braçal, enquanto as mulheres colonizadas eram vistas como ferramentas para apaziguar os desejos dos colonizadores.

Essa desvalorização do feminino era tanto ideológica quanto material, consolidando-se nas estruturas estatais patriarcais que relegavam homens e mulheres colonizados a posições subalternas, como campos de trabalho forçado e casas de prostituição, respectivamente. Sobre isto, a autora Spivak (2014), ao escrever acerca do sujeito subalternizado, ou seja, aquele que não tem voz política ou, quando tem voz, esta não é ouvida, afirma que o sujeito subalterno feminino é duplamente excluído, pois está subjugado à dominação masculina e à dominação imperial.

Além disso, essa dominação se estendia até as próprias mulheres japonesas que, embora fossem apresentadas como “protegidas” e livres de serem levadas para a escravidão sexual, a realidade era outra. Muitas mulheres japonesas foram forçadas e sujeitadas pelo próprio Estado a se tornarem “mulheres de conforto” (Blackburn et al., 2024). Embora algumas fossem oficialmente consideradas profissionais, a grande maioria também era vítima desse sistema. Estavam, portanto, sob o controle do Estado, que explorava seus corpos.

Já as mulheres “guardadas” para o casamento tinham sua sexualidade vigiada e sua reprodução controlada (Sezeki, 2010). Aquelas que eram protegidas pelo Estado japonês não recebiam essa proteção por serem apenas “cidadãs” japonesas, mas sim porque serviam a um propósito específico: suas virtudes eram preservadas para seus futuros maridos-soldados, reforçando o controle estatal sobre seus corpos e a maternidade. As demais, sobretudo as mais pobres, eram forçadas a servir ao imperador como forma de contribuir para a manutenção e vitória do país na guerra. No entanto, após o conflito, não houve reconhecimento por seus sacrifícios, apenas o silêncio (Blackburn et al., 2024).

Outrossim, a resposta do Japão à questão foi marcada pela repetição de mentiras, em vez de um esclarecimento dos fatos. Embora algumas atrocidades fossem reconhecidas, outras foram convenientemente ocultadas, esperando-se que o tempo e a morte das sobreviventes

facilitassem o apagamento dessas memórias (Sousa, 2022). A falta de poder político, econômico e informacional das mulheres coreanas, chinesas, japonesas, taiwanesa e de outras vítimas também contribuiu para o sepultamento da questão. Os países afetados, desprovidos de recursos, preocupados com a reestruturação interna e envolvidos em novos conflitos, não puderam pressionar o governo japonês a investigar o problema e trazer justiça e reconhecimento às vítimas.

Por isso que a inclusão tardia de fatos históricos não foi suficiente para corrigir o apagamento anterior. Não houve apenas esquecimento, mas uma tentativa deliberada de recontar a história sob a perspectiva do Japão, a construção do seu eu vitimizado e inocente, apagando os crimes e o sangue derramado pelas suas ações expansionistas. A ausência de relatos que retratam as provações dessas mulheres em narrativas históricas autorizadas pelo estado, como em livros didáticos, monumentos e outros marcos históricos, foi acompanhada pela falta de mecanismos de proteção social para as vítimas, e a intervenção deliberada do Japão nos países afetados, assim como a falta de interesse das próprias nações afetadas na resolução dos casos de violência contra essas mulheres (Hundt, 2007).

Esse apagamento das “mulheres de conforto” da consciência histórica é, na verdade, um reflexo das forças políticas e econômicas que permitiram e continuaram a perpetuar a violência que elas vivenciaram. Enquanto isso, passaram-se 79 anos, porém, apesar das inúmeras declarações, muitas vezes vagas, de arrependimento por parte de sucessivas figuras políticas japonesas, o país ainda parece estar longe de alcançar a reconciliação e o encerramento desse caso.

Esse “sepultamento do passado” por parte do Japão reflete uma tentativa premeditada de neutralizar as atrocidades cometidas, evitando responsabilizações. Esse processo, no entanto, demanda uma análise crítica e profunda da historiografia japonesa, que não pode continuar dissociada do dilema entre vítima e algoz. Neto observa que “Antes de se ver como vítima, parece ser necessário ser visto como algoz” (2021, p. 47). Essa reflexão evidencia a complexidade das narrativas históricas japonesas e a necessidade de confrontar os fatos para que possa haver uma reconciliação com o passado reconhecendo seus crimes e se redimindo com as vítimas.

Entretanto, o problema das “mulheres de conforto” foi amplamente negligenciado no domínio público. Problematizá-lo abertamente significaria, por si só, uma redefinição da relação entre o direito interno e o direito internacional. Um exemplo claro dessa negligência foi a postura dos Estados da Malásia e de Cingapura no caso “mulheres de conforto”. Na Malásia, o governo, sob pressão da embaixada japonesa, interrompeu as tentativas de buscar

reparação e na busca das vítimas locais, ocasionando o silenciamento do movimento local de mulheres que começava a surgir (Blackburn et al., 2024).

De acordo, com Blackburn<sup>8</sup> (2024)<sup>9</sup> e de mais dois estudiosos sobre as “mulheres de conforto”, ele afirmou que em Cingapura, a situação era semelhante ao da Malásia, mas por outro motivo: o próprio governo castrou a sociedade civil, suprimindo o debate público. O governo não estava interessado em nada dessa questão. E as próprias “mulheres de conforto” locais preferiram permanecer em silêncio por viver em uma sociedade extremamente patriarcal e principalmente por conta do controle estatal sobre a sociedade civil.

Na década de 1990, mesmo com a crescente conscientização internacional sobre o tema, tanto na Malásia quanto em Cingapura, os movimentos de reparação não prosperaram, e as mulheres que sofreram continuaram silenciadas. Assim, embora as causas do silêncio dessas mulheres tenham variado entre Malásia e Cingapura, o resultado foi o mesmo: a falta de reconhecimento nesses países, mantiveram as histórias das vítimas obscurecidas por décadas (Blackburn et al., 2024).

Nesse meio tempo, a questão das “mulheres de conforto” na Coreia do Sul, marcada pela colonização japonesa, revela uma série de justificativas do Japão para explorar as mulheres coreanas, que eram tratadas como subordinadas e desprovidas de direitos. O Japão alegava que, como a Coreia era sua colônia, todos os crimes cometidos contra o povo coreano eram legalmente permitidos. Esse argumento incluía a escravidão sexual das mulheres coreanas, já que elas não eram vistas como cidadãs com direitos plenos.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Tratado de São Francisco, assinado em 1951, protegeu o Japão de exigências de compensação por crimes de guerra, inclusive os relacionados ao “Sistema de Conforto”, com apoio dos Estados Unidos. Em 1965, o Tratado de Relações Básicas entre o Japão e a Coreia do Sul (Okamoto, 2013; Nam 2018) resultou no pagamento de uma compensação financeira de 600 milhões de dólares pelo Japão, com o entendimento de que a questão entre os dois países estaria resolvida. No entanto, grande parte dessa compensação foi direcionada para a economia sul-coreana, negligenciando as vítimas diretas do sistema de escravidão sexual. Apenas 5% desse valor foi efetivamente destinado às

---

<sup>8</sup> **Kevin Blackburn** é historiador e professor associado de história no Instituto Nacional de Educação da Universidade Tecnológica de Nanyang, em Cingapura. Seu trabalho abrange os temas de guerra, memória e nação; história oral e herança; bem como a história da educação.

<sup>9</sup> Kevin Blackburn. *The Comfort Women of Singapore in History and Memory* (The University of Chicago Press, 2022).

“mulheres de conforto”, o que gerou descontentamento e a falsa impressão de que o Japão não havia oferecido compensações (Nam, 2018).

Ao longo das décadas, a questão das “mulheres de conforto” foi constantemente ignorada pelos governos sul-coreanos, que priorizaram o desenvolvimento econômico e as relações diplomáticas com o Japão. No entanto, apesar dessa negligência governamental, a população sul-coreana se uniu em prol das vítimas, transformando o caso das “mulheres de conforto” em um símbolo nacional de luta e resistência (Okamoto, 2013). A memória dessas mulheres se tornou parte integrante da identidade coletiva do país, com movimentos civis pressionando o governo e a comunidade internacional por reconhecimento e justiça. O apoio popular fez com que essa questão não fosse apenas uma causa histórica, mas algo que ressoava profundamente no espírito de luta pela dignidade e pelos direitos humanos na Coreia do Sul (Okamoto, 2013; Nam, 2018; Sousa, 2022).

A pressão popular e internacional levou à criação de um fundo privado pelo Japão para compensar as vítimas, mas muitas mulheres, especialmente na Coreia e na China, recusaram essa oferta, considerando-a inadequada. Elas exigiam o reconhecimento dos crimes cometidos e um pedido de desculpas sincero por parte do governo japonês, além de uma compensação que levasse em conta a gravidade das violações de seus direitos humanos.

Os primeiros processos contra o governo japonês começaram a ser movidos em 1991, liderados por Kim Hak Sun, uma sobrevivente do sistema de “mulheres de conforto” (Okamoto, 2013; Nam, 2018; Sousa, 2022). O Japão, no entanto, negou envolvimento militar e se recusou a realizar investigações ou fornecer reparações. A questão ganhou visibilidade, mas o conservadorismo político e a pressão de setores ultranacionalistas no Japão resultaram em uma revisão dos livros didáticos, com a exclusão de referências ao sistema de mulheres de conforto e a outras atrocidades cometidas pelo país (Hundt, 2007).

Ainda assim, a luta pela memória das mulheres de conforto, tanto na Coreia quanto no Japão, continua sendo um campo de disputa política e histórica. A educação e a memória coletiva são centrais na construção de identidades nacionais e na reinterpretção do passado, e o caso das “mulheres de conforto” permanece um poderoso símbolo de resistência e da busca por justiça na Coreia do Sul.

Na China, por outro lado, apesar da vasta dimensão do sistema de “mulheres de conforto”, a documentação desses crimes tem sido extremamente difícil. Isso se deve ao fato de que o exército japonês destruiu muitos de seus registros no fim da Segunda Guerra Mundial, e diversos documentos também foram perdidos durante o caos da guerra civil chinesa que se

seguiu. Além disso, a maioria das “mulheres de conforto” chinesas morreu nas estações de conforto ou devido às torturas sofridas, e as que sobreviveram foram silenciadas.

Frequentemente, os investigadores precisaram realizar diversas visitas até conseguirem ajudar uma sobrevivente a se expressar. As investigações, por sua vez, não receberam incentivo das autoridades chinesas, o que deixou os pesquisadores e estudiosos sem apoio governamental. “A falta de financiamento tem sido um obstáculo recorrente para os investigadores e ativistas chineses, a maioria dos quais tem dedicado seu próprio tempo e recursos para financiar suas atividades” (Qui et al., 2014, p. 169).

O caso das “mulheres de conforto” na China foi recebido com indignação e tornou-se um símbolo poderoso do sofrimento causado pela ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial. Assim como na Coreia do Sul, a brutalidade e o trauma vivenciados pelas vítimas chinesas ecoaram profundamente na sociedade, gerando um sentimento nacionalista que reforçou a memória das atrocidades cometidas pelo Exército Imperial Japonês. As “mulheres de conforto” são lembradas como mártires e vítimas do imperialismo, representando a brutalidade da invasão japonesa e a dor que o país sofreu.

A partir da década de 1990, houve um aumento no ativismo relacionado ao reconhecimento dessas mulheres. Inspirados pelos movimentos na Coreia do Sul, ativistas chineses, organizações de direitos humanos e feministas começaram a documentar as histórias das sobreviventes e a pressionar o governo japonês por justiça. Pesquisadores chineses, a exemplo de Peipei Qiu<sup>10</sup>, Su Zhiliang and Chen Lifei<sup>11</sup> também contribuíram para dar visibilidade ao tema, ao mesmo tempo em que alguns testemunhos começaram a emergir. Embora muitas dessas mulheres tivessem permanecido em silêncio por décadas devido ao estigma e à vergonha associados ao abuso sexual, com o tempo, suas vozes foram fundamentais para dar maior visibilidade à questão, tanto dentro quanto fora da China (Qui et al., 2014).

As tensões diplomáticas entre China e Japão foram exacerbadas pela falta de um pedido de desculpas completo e claro por parte do governo japonês (Hundt, 2007). A recusa japonesa em reconhecer plenamente os abusos cometidos durante a guerra e a ausência de compensações financeiras adequadas geraram ressentimento. A China, por sua vez, frequentemente utilizou o caso das “mulheres de conforto” como parte de uma narrativa mais ampla de injustiças históricas não resolvidas, o que dificultou ainda mais as relações entre os dois países.

---

<sup>10</sup> **Peipei Qiu** é professora de chinês e japonês, Louise Boyd Dale e Alfred Lichtenstein Chair em línguas modernas, e diretora do Asian Studies Program no Vassar College

<sup>11</sup> **Chen Lifei** é professora de jornalismo, presidente do Department of Publishing and Media Studies, e vice-diretora do Center for Women's Studies, ambos na Shanghai Normal University.

Embora não existam monumentos centralizados dedicados exclusivamente às “mulheres de conforto” na China, suas histórias são lembradas em museus e locais de memória que homenageiam as vítimas das atrocidades japonesas, como o Massacre de Nanquim. Esses espaços servem como lembretes da violência da guerra e da necessidade de reconhecimento histórico das vítimas dentre eles estão: o Sun Wu Military Club Exhibition Hall (2009), o Exhibition Hall no local da Longling Dongjiagou Comfort Station em Yunnan (2010), o Liji Alley Comfort Station Memorial Museum em Nanjing (2015) e o Chinese Comfort Women Historical Museum no campus da Shanghai Normal University (2016). A exposição Liji Alley preservou oito salas anteriormente ocupadas por “mulheres de conforto” (Su, 2021, p.11.)

No plano oficial, o governo chinês variou sua abordagem ao longo do tempo, ora destacando o caso em suas relações diplomáticas com o Japão, ora suavizando o discurso de acordo com o contexto político (Su, 2021). No entanto, independentemente da estratégia adotada, o apagamento das “mulheres de conforto” da consciência histórica permanece um reflexo das forças políticas e econômicas que não só permitiram a violência que elas sofreram, mas também continuam a perpetuar seu silenciamento.

Assim, o caso das “mulheres de conforto” na China, Coreia, Japão e os demais países afetados, reflete uma luta contínua por justiça e memória, com implicações que vão além das vítimas, tocando nas relações políticas, nas diplomacias e na forma como a violência contra mulheres é tratada nas narrativas históricas atual.

#### **4.2 Memórias em conflito: a visibilidade desigual das “mulheres de conforto”**

Observa-se que, em artigos, livros e teses no Brasil, há um maior enfoque nas mulheres coreanas. Isso se deve, não apenas ao fato de a primeira testemunha ter sido coreana, mas também à existência de documentos que comprovam a sistematização das estações de conforto, onde muitas das mulheres listadas eram coreanas. No entanto, esses documentos representam apenas uma parte, “é importante ter em conta que os países derrotados após a guerra geralmente destroem os documentos relacionados, eliminando a partida de existência de [quaisquer] provas possíveis” (Nam, 2018, p.25). Dessa forma, a disputa pela memória e pelo sofrimento acaba gerando uma nova competição entre os países, criando uma “hierarquia” de vítimas, onde há mais estudos e informações sobre as coreanas do que sobre as mulheres de outras nacionalidades.

Essa situação contribui para que as experiências de outras mulheres, como as da China, Taiwan, Filipinas, Cingapura, Malásia entre outras, recebessem menos atenção. Não se trata

de definir quem sofreu mais, mas de entender que há uma desigualdade no acesso à pesquisa e à memória das “mulheres de conforto”. As informações sobre as mulheres de outras regiões são escassas, e os estudos disponíveis são restritos, devido às barreiras linguísticas e ao acesso limitado às fontes.

A exemplo disso podemos observar, a questão das “mulheres de conforto” em Taiwan que segundo Suzuki (2011) e Ward (2018) emergiu publicamente apenas em 1992, após a descoberta de telegramas militares solicitando o envio de mulheres taiwanesas para servirem como escravas sexuais. Durante a década de 1990, tanto a sociedade civil quanto o governo de Taiwan pressionaram o Japão por um pedido de desculpas formal e reparações. No entanto, essa pressão diminuiu nos últimos anos, refletindo num declínio de interesse da sociedade taiwanesa sobre o tema, perdendo também o envolvimento com a questão, o que diminuiu a pressão sobre o governo japonês.

Em contraste, por outro lado, a Coreia do Sul atrelada com alguns estudiosos japoneses ciente das responsabilidades do Japão, mantiveram uma campanha ativa, transformando a questão das “mulheres de conforto” em um símbolo de luta pelos direitos humanos das mulheres. Dessa forma, as “mulheres de conforto” taiwanesas poderiam ter desempenhado um papel similar no imaginário nacionalista, mas devido à queda de interesse social e conflitos internos dificultou a criação de uma luta hegemônica entre a sociedade, Taiwan também foi colônia japonesa e sofreu repressão colonial, no entanto sua participação teve pouca visibilidade em contraste com a Coreia. O caso coreano, embora tenha ganhado maior atenção internacional, não deve ser interpretado como um resultado inevitável apenas pelo “maior número” de vítimas coreanas. Já que o sofrimento das mulheres não deve ser medido pela quantidade de um lado ou de outro.

Sendo assim, as discussões em volta das “mulheres de conforto” taiwanesa podem ser observadas pela política interna de Taiwan e da China que passou por diversos conflitos no pós guerra. Taiwan especialmente após a democratização na década de 1990, influenciou o foco na questão das “mulheres de conforto”. Durante o governo autoritário, a repressão aos movimentos nativos e a imposição de uma identidade chinesa abafaram muitas vezes que poderiam ter abordado os crimes cometidos durante o período colonial japonês. Mesmo após a democratização, a política taiwanesa, focada em disputas sobre soberania e identidade nacional, deixou pouco espaço para que a questão das “mulheres de conforto” se mantivesse no topo da agenda pública (Suzuki, 2011).

Esse contexto político-partidário, focado em disputas entre os campos “pan-azul” e “pan-verde”, limitou a capacidade dos ativistas de unirem a sociedade em torno da busca por justiça

para as vítimas. Diferentemente da Coreia do Sul, onde houve um consenso social de que as “mulheres de conforto” foram vítimas de violência forçada do império japonês, por outro lado, Taiwan enfrentou uma falta de unidade sobre como abordar o passado colonial japonês (Suzuki, 2011). Assim, o tratamento das “mulheres de conforto” em Taiwan, embora tenha recebido atenção em alguns momentos, tem sido ofuscado por outras questões políticas e identitárias mais “imediatas”.

Dessa forma, compreende-se que a questão das “mulheres de conforto” em Taiwan ilustra como a memória histórica é moldada por fatores políticos e sociais do presente. A atenção dada a esse tema, tanto em Taiwan quanto na Coreia do Sul, Japão, China, Malásia e Cingapura reflete não apenas o número de vítimas ou ocultamento delas, mas também como cada sociedade escolhe lidar com seu passado. Enquanto a Coreia do Sul mantém viva a memória das “mulheres de conforto” como parte de sua narrativa nacionalista, os outros países enfrentam desafios internos que diluem a prioridade dessa questão.

Logo, a questão do esquecimento histórico é profundamente influenciada pelos discursos do presente, que observam como certos erros do passado podem desaparecer da memória coletiva, especialmente se não forem considerados relevantes (Neto, 2021). No entanto, a questão das “mulheres de conforto” se destaca como uma exceção em meio a inúmeros crimes históricos que foram cometidos, sobretudo na Coreia do Sul. Estados que não confrontam adequadamente seus passados negativos são vistos como uma ameaça contínua, contribuindo para tensões regionais (Hundt, 2007).

No caso do Japão, se o país fosse capaz de lidar de forma mais abrangente com seu legado imperialista, isso poderia ter efeitos positivos na construção da paz regional. Para as nações que foram vítimas do Japão, continua a busca por justiça por ser uma questão inacabada, influenciada pela dinâmica política e pelas disputas sobre memória e identidade.

Na China, também houve o processo de buscar justiça e lutar pela entrada e permanência das mulheres de conforto chinesa na história e na memória. O professor Su Zhiliang<sup>12</sup> foi um dos pioneiros na busca pela história das “mulheres de conforto” chinesas. Após ouvir o testemunho da primeira ex-“mulher de conforto” coreana, ele dedicou-se incansavelmente ao

---

<sup>12</sup> **Su Zhiliang** é professor de história na Universidade Normal de Xangai, chefe do Centro Chinês de Pesquisa de 'Mulheres de Conforto' e diretor do Museu Memorial de 'Mulheres de Conforto' de Nanquim. Pesquisador pioneiro na questão das 'mulheres de conforto' na China, ele publicou extensivamente sobre o assunto e é coautor, com Peipei Qiu e Chen Lifei, de *Chinese Comfort Women: Testimonies from Imperial Japan's Sex Slaves* (Oxford University Press, 2014). Entre suas publicações notáveis em chinês estão 『慰安婦研究』、『簡易中国史』、『中国毒物史』、『1909年万国禁煙会研究』、e 『上海城区史』

tema, encontrando mulheres chinesas que sofreram violências brutais durante a guerra, através de pesquisas incessantes, livros, artigos e diversas tentativas na escrita de livros didáticos que incluíssem a história das “mulheres de conforto”.

No entanto, seus estudos ainda são pouco acessíveis, especialmente para quem vive fora da China, como no Brasil. A maior parte das pesquisas está em chinês, e o inglês é o idioma mais acessível para encontrar algo sobre as mulheres chinesas, mas ainda assim, as informações são limitadas. Essa barreira linguística, somada às dificuldades de acesso a documentos históricos e ao interesse de pesquisadores no Brasil sobre o tema, faz com que a história dessas mulheres permaneça, em muitos casos, silenciada ou restrita a círculos acadêmicos fechados. Como resultado, a visibilidade das vítimas fora da Coreia do Sul, por exemplo, é limitada, criando um desequilíbrio na forma como a memória dessas mulheres é preservada e discutida

Todavia, a disputa pela memória das “mulheres de conforto” reflete uma complexidade maior do que apenas a competição entre nações sobre quem sofreu mais. Trata-se também de uma questão profundamente conectada ao nacionalismo e à construção da identidade coletiva. Cada país envolvido nessa história traumática utiliza as memórias de suas vítimas para fortalecer sua própria narrativa nacional, muitas vezes transformando-as em instrumentos de memória política pendendo ser motivo de disputa entre vários países (Pollak, 1992). A Coreia do Sul, por exemplo, foi pioneira na luta pelo reconhecimento das vítimas, mas esse esforço também está imbuído de um discurso nacionalista que pode obscurecer a realidade das vítimas de outras nações, como as mulheres chinesas, taiwanesas e singapurenses.

Essa disputa pela memória também envolve uma questão mais profunda de gênero e poder. A marginalização das histórias dessas mulheres reflete as dinâmicas patriarcais e coloniais que ainda persistem nas sociedades contemporâneas. As vítimas de violência sexual durante a guerra foram desumanizadas e, em muitos casos, silenciadas pelas estruturas de poder dominadas por homens. Dar voz a essas mulheres não é apenas uma questão de justiça histórica, mas também de enfrentamento dessas estruturas de poder que continuam a perpetuar a violência contra as mulheres em tempos de guerra e fora dela.

Para avançar nessa discussão de forma mais justa e inclusiva, é necessário adotar uma abordagem global e interseccional. Isso implica incluir todas as vozes das mulheres afetadas, independentemente de sua nacionalidade, e reconhecer as múltiplas camadas de opressão que essas mulheres enfrentaram, seja por questões de gênero, etnia ou classe social. Ao fazer isso, evitamos simplificações e ampliamos a compreensão da violência e da exploração que essas mulheres sofreram.

Além disso, a educação e a divulgação são cruciais para a preservação dessa memória. Não basta que essas histórias sejam estudadas em círculos acadêmicos ou restritas a determinados grupos. A historiografia exige que o público em geral tanto nas escolas, academias ou fora delas, sejam informados e conscientizado sobre a brutalidade que essas mulheres sofreram, garantindo que essas histórias não sejam esquecidas, “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente” (Pollak, 1992, p.201). A preservação da memória dessas vítimas, portanto, é um passo essencial não só para a reparação simbólica, mas também para a construção de sociedades mais justas e conscientes das atrocidades de seu passado, “a história é o privilégio [...] necessário para não esquecer a si próprio” (Certeau, 1982, p.11).

## 5 CONCLUSÃO

A história das “mulheres de conforto” não é apenas um capítulo sombrio do passado, mas uma lente através da qual podemos examinar questões contemporâneas de violência de gênero, exploração e direitos humanos. As atrocidades cometidas contra essas mulheres durante a Segunda Guerra Mundial revelam dinâmicas de poder, desigualdade e desumanização que ainda estão presentes em muitos contextos atuais.

Dessa forma, investigamos como as interações entre gênero, sexualidade e poder perpetuaram a exploração das “mulheres de conforto”, conforme a política de Estado do Império japonês. O objetivo foi analisar as dinâmicas de poder que resultaram na subjugação dessas mulheres e como o controle de seus corpos foi justificado como uma necessidade militar. Também visamos explorar a relevância histórica e atual desse sistema, especialmente no contexto de memórias em disputa e desigualdades que perduram até os dias de hoje.

Sendo permitido identificar que as “mulheres de conforto” foram vítimas de um sistema imperialista e patriarcal que institucionalizou a violência sexual como parte de uma estratégia de dominação. Esse sistema, ao mesmo tempo que as desumanizava, teve um impacto duradouro nas memórias e nas discussões sobre justiça histórica. O estudo demonstrou que a história dessas mulheres ainda ressoa em movimentos sociais contemporâneos na Coreia do Sul, na China e em outros países vítimas do Japão, que buscam por justiça e reconhecimento, reforçando a importância da memória coletiva como instrumento de transformação social.

Através dessa ótica, foi possível confirmarmos que o uso do termo “mulheres de conforto” como eufemismo suaviza a gravidade das atrocidades cometidas. Nesse sentido, a adoção do termo “escravatura sexual” é mais adequada para expor a realidade das vítimas e para abordar de maneira mais justa as violações. Observou-se também que as teorias ocidentais de gênero precisam ser contextualizadas e ajustadas às particularidades das experiências de mulheres asiáticas, conforme sugerido por autoras como Joan Scott e Judith Butler e Oyèrónké. Essa análise interseccional revelou que as mulheres de classes mais baixas e de determinadas etnias sofreram formas ainda mais severas de exploração durante e depois da guerra.

Sendo assim, este trabalho amplia a compreensão das relações entre poder, gênero e memória histórica, ao destacar a complexidade das experiências das “mulheres de conforto” e a importância de suas narrativas para a luta contemporânea por justiça, reconhecimento e igualdade de gênero. Além disso, evidencia a relevância de incorporar essas histórias nas discussões educacionais, proporcionando às novas gerações uma visão crítica sobre os direitos humanos e a violência de gênero.

Entretanto, persistem ausências importantes. A falta de um reconhecimento oficial por parte do governo japonês, que ainda não se redimiou pelas atrocidades cometidas, é uma das principais lacunas no processo de reparação histórica. Além disso, a resistência cultural em abordar abertamente esses eventos nos países afetados, bem como a escassez de materiais historiográficos acessíveis, limita o avanço do conhecimento e do diálogo sobre o tema.

Devido essas ausências, sugere-se, para estudos futuros, a ampliação das investigações sobre as memórias e os testemunhos das sobreviventes, explorando suas narrativas como formas de resistência contra o esquecimento e a desumanização. Também é essencial incentivar iniciativas educacionais que integrem a história das mulheres escravizadas nos currículos escolares, não apenas para preservar sua memória, mas para promover uma cultura de direitos humanos.

Em suma, a história das “mulheres de conforto” deve ser vista como um lembrete contínuo da importância de questionar as estruturas de poder que perpetuam a violência sexual e a desigualdade. Ao relembrar suas histórias, não apenas refletimos sobre as injustiças do passado, mas também assumimos o compromisso de agir em prol de um futuro mais justo e equitativo. A educação e a conscientização são fundamentais nesse processo, garantindo que as lições do passado sejam transformadas em ações concretas para a construção de uma sociedade que respeite a dignidade de todos.

Se a história, como observou Michel de Certeau (1982), é uma espécie de sepultura, o papel do historiador é, em grande parte, o de elaborar esse luto. Ao “dar voz aos mortos”, o historiador procura revelar as vozes silenciadas e os eventos traumáticos que foram ocultados ou distorcidos pela narrativa oficial. Essa missão não se trata apenas de recordar o passado, mas de enfrentá-lo de forma crítica, possibilitando que as sociedades confrontem seus traumas históricos sem serem subjugadas por eles.

Ao abordar esses passados traumáticos, o objetivo do historiador é criar uma ponte entre o passado e o presente que não seja apenas de dor e insuperabilidade, mas de reflexão e entendimento. É fundamental, portanto, que a relação com esses eventos não seja mediada unicamente pelo trauma, mas que se permita uma análise cuidadosa, buscando a superação e a justiça. Dessa forma, o papel do historiador se torna essencial na construção de uma memória que não seja paralisante, mas que sirva para informar e transformar o presente, prevenindo que erros do passado se repitam e dando às vítimas e suas histórias o reconhecimento devido.

Como historiadora, espero que meu trabalho contribua para a historiografia feminista e para uma compreensão histórica dos traumas e das lutas que essas mulheres fizeram. Elas foram verdadeiramente valentes, não apenas quebrando o silêncio de maneira corajosa, mas

também enfrentando os seus muitos agressores. O legado de suas histórias é um poderoso testemunho da resiliência e da luta por justiça, que ainda ressoa nas vozes e nas ações das mulheres de hoje.

## REFERÊNCIAS

- AZENHA, T. **Para além do silêncio: o sistema de conforto e o papel dos movimentos feministas na questão das mulheres de conforto na Coreia do Sul**. Tese (Mestrado em Estudos Asiáticos) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 2017.
- BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.
- BLACKBURN, Kevin; MCGREGOR, Katharine; TSUKAMOTO, Sachiyo. “Comfort Women” – New Research from Japan, Singapore, Malaysia, and Indonesia. **The Asia Pacific Journal: Japan Focus**, v. 22, n. 5, artigo 5844, 2024.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Revisão técnica de Joel Birman. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2017.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHANG, Iris. **The rape of Nanking: the forgotten holocaust of World War II**. New York: Penguin, 1997.
- COELHO, Mainara Gomes Cândida. **Corpos em campos de batalha: o estupro de mulheres como arma de guerra**. 2021. 81 p. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Orientadora: Profª Drª Juliana Lyra Viggiano Barroso.
- CRÉ, Kamila Gouveia Camargo; LACERDA, Natália de Fátima de Carvalho; SARRAFF, Luíza Rafaela Bezerra. **O Japão na Era Meiji: quando o distante se torna próximo**. Disponível em: [professorbrunogeo.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/o\\_japao\\_na\\_era\\_meij\\_-\\_quando\\_o\\_distante\\_se\\_torna\\_proximo.pdf](https://professorbrunogeo.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/o_japao_na_era_meij_-_quando_o_distante_se_torna_proximo.pdf). Acesso em: 23 ago. 2024.
- DABAT, Christine Rufino; PEREIRA, Mariana Yante B. “**Mulheres: uma força que vai decidir o sucesso ou fracasso da revolução**” (Mao Zedong): A perspectiva feminista na China dos séculos XX e XXI. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). **Brasil e China nas relações internacionais [recurso eletrônico]: temas e debates**. Recife: Ed. UFPE, 2021.
- DUDA, Celson Francisco. **Oliveira Lima e o Imperialismo Meiji**. Recife: [s.n.], 2021.

FABRINI, Raissa Gomes. **Sistema de conforto e o tráfico sexual internacional de mulheres no Japão: uma correlação entre as duas problemática**. Monografia (Graduação) - Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, 2022.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. **Trad. Coletivo Sycorax**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, V.1: A vontade de saber**. Graal ed. Rio de Janeiro: 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder. Introdução, organização e revisão técnica de Roberto Machado**. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012.

GIFFIN, K. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 47–57, 2005.

GONÇALVES, Tuane Oliveira. Feminismo e vivências: uma análise das relações de gênero na China continental. **Revista de Sinologia da USP**, v. 2, n. 1, p. 119-126, 2022.

HAYASHI, Hirofumi. Disputas no Japão sobre o sistema militar japonês de “mulheres de conforto” e sua percepção na história. **Os Anais da Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais**, v. 617, p. 123–132, 2008.

HUNDT, David; BLEIKER, Roland. Reconciling Colonial Memories in Korea and Japan. **Asian Perspective**, v. 31, n. 1, Special Issue on “Reconciliation between China and Japan”, p. 61-91, 2007.

LAI, Grace. Comfort Women in Japan and Korea. **Dalhousie J. Legal Stud.**, v. 11, p. 32, 2002.

LITTLEJOHN, Lauren J. **Confucianism: How Analects Promoted Patriarchy and Influenced the Subordination of Women in East Asia**. 2017. Disponível em: <https://pdxscholar.library.pdx.edu/younghistorians/2017/oralpres/9>

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, G. L. (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

MACEDO, Emiliano Unzer. O Imperialismo japonês na Ásia: da Era Meiji à Segunda Guerra Mundial. **Mais Orientes**, p. 71, 2017.

NAM, Sun Young. **As relações diplomáticas entre a Coreia do Sul e o Japão: O caso das “Mulheres de Conforto” da Coreia**. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Lisboa, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/16529>. Acesso em: 20 dez. 2023.

NETO, Mario Marcello. Entre a bomba atômica e os crimes de guerra: o negacionismo e a historiografia japonesa em perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, n. 87, p. 37-60, 2021.

NISHINO, Rumiko. **Jûgun ianfu no hanashi**. Tokyo: Akashi Shoten, 1993.

OKAMOTO, Julia Yuri. As "mulheres de conforto" da guerra do pacífico. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, v. 1, n. 1, p. 91-108, 2013.

OYËWÙMÍ, Oyèrónkè. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021. 324 p.

PAIVA, Carolina Maria Monteiro. **Mulheres, Feminismo e Relações Internacionais: o caso do movimento de reparação das “mulheres de conforto” sul coreanas**. 2021. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

PARRILHA, Ariel da Silva. **As “mulheres de conforto” coreanas e a violência sexual estratégica: uma análise**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: <URL>. Acesso em: 01 nov. 2023.

PERROT, Michelle. **Escrever a História das mulheres**. In: \_\_\_\_\_. **Minha História das Mulheres**. Tradução de Ângela M.S Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QIU, Peipei; ZHILIANG, Su; LIFEI, Chen. **Chinese comfort women: testimonies from imperial Japan's sex slaves**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

RODRIGUES, Alicia. **A questão da escravidão sexual militar japonesa antes e durante a segunda guerra mundial: intersecção entre poder colonial, gênero e classe**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2022.

ROLIM, Maria Eduarda. **As "Mulheres de Conforto": o corpo como território**. 2018.

ROSA, G. de L. O. da. **O estupro como instrumento de guerra: a gradual evolução da criminalização da violência sexual no direito penal internacional**. 2017. 77 f. Monografia (Especialização) – Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <URL>. Acesso em: 17 fev. 2021.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SATO, Áureo de Jesus. **O movimento sociocultural dos (de)kasseguis nipo-brasileiros: representações, memórias e fronteiras vivenciadas (1989-2010)**. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em História – Área: História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SEZEKI, Yoko. **일본군 위안부 문제와 젠더 (The problem of comfort women of japanese soldier and gender).** Nanam, South Korea, 2010.

SILVA, Altino Silveira. **O “Massacre de Nanking” e a violência de gênero contra as mulheres, China (1937-1938).** Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Dissertação (Mestrado em História), 175 f.

SILVA, Thaisa Daniel Agostinho da. **A luta das mulheres japonesas, coreanas e chinesas contra o silêncio da escravidão sexual vivido na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.

SOH, Chunghee Sarah. The Korean ‘comfort women’: Movement for redress. **Asian Survey**, v. 36, n. 12, p. 1226-1240, dez. 1996.

SOH, Chunghee Sarah. From imperial gifts to sex slave: theorizing symbolic representations of the “comfort women”. **Social Science Japan Journal**, v. 3, n. 1, 2000.

SOH, Chunghee Sarah. **The Comfort Women: Sexual Violence and Postcolonial Memory in Korea and Japan.** Chicago: University Of Chicago Press, 2008.

SOUSA, R. C. **Gênero, sexualidade e poder: desafios políticos e cidadania.** In: SILVA e SILVA, Jerônimo da; SOUSA, Reginaldo Cerqueira. (Org.). **Gênero e diversidade sexual: entre histórias, lugares e práticas de liberdade.** Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2019, p. 13-26.

SOUZA, Vivian Simões de. **Estupro enquanto crime de guerra: uma análise sobre as "mulheres de conforto".** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Crítica da razão pós-colonial: Rumo a uma história do presente como diferença.** Tradução de André Pereira e Fernando de Azevedo. São Paulo: Ed. Ubu, 2014.

SU, Zhiliang. **Reconstructing the history of the “comfort women” system: the fruits of 28 years of investigation into the “comfort women” issue in China.** Tradução de Edward Vickers. **The Asia-Pacific Journal | Japan Focus**, v. 19, n. 5, n. 7, art. ID 5548, 1 mar. 2021.

SUZUKI, Shogo. The Competition to Attain Justice for Past Wrongs: The ‘Comfort Women’ Issue in Taiwan. **Pacific Affairs**, v. 84, n. 2, p. 223-244, 2011.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

TARASCO MICHEL, Martha; GOMEZ ALVAREZ, José Enrique. Reflexiones éticas desde el confucionismo: la mujer. **Medicina y Ética**, Ciudad de México, v. 31, n. 2, p. 473-502, 2020.

WATANABE, Kazuko. Trafficking in Women's Bodies, Then and Now: The Issue of Military 'Comfort Women'. **Women's Studies Quarterly**, v. 27, n. 1/2, p. 19-31, 1999.

WARD, Thomas J. The Comfort Women Controversy - Lessons from Taiwan. **The Asia-Pacific Journal: Japan Focus**, v. 16, n. 8, art. 5137, 2018.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade**. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-82.

ZANG, Kaiyuan (Org.). **Eyewitnesses to massacre: American missionaries bear witness to Japanese atrocities in Nanjing**. New York: East Gate Book, 2000.